

O PRESENTE PROSPECTO PRELIMINAR ESTÁ SUJEITO A COMPLEMENTAÇÃO E CORREÇÃO. O PROSPECTO DEFINITIVO ESTARÁ DISPONÍVEL AOS INVESTIDORES NA SEDE DA ADMINISTRADORA E DO DISTRIBUIDOR

Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Quotas (o “Prospecto”) do



ECCELERA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS

CNPJ/MF nº 07.539.467/0001-53

Classificação de risco para as Quotas Sênior
Moody's: “Aa3.br” **SR Rating: “brA”**
Classificação de risco para as Quotas Subordinadas
SR Rating: “brBBB”

Código ISIN nº [●]

O Eccelera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros (o “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado em 25 de julho de 2005, através do “Instrumento Particular de Constituição de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios”, é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (a “Instrução CVM”) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo possui prazo regular de vigência até 30 de junho de 2013, prorrogável por até 2 (dois) períodos adicionais de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias cada, desde que aprovado por Quotistas nos termos do Regulamento. O regulamento do Fundo foi registrado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 1.564.866, em 25 de julho de 2005 (o “Regulamento”).

O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de quotas sênior (as “Quotas Sênior”), em número indeterminado e em série única, a serem distribuídas em 1 (uma) ou mais Distribuições. O Fundo poderá emitir, em qualquer Distribuição, 01 (uma) classe de quotas subordinadas (as “Quotas Subordinadas”) em número indeterminado e em série única. Cada Distribuição será objeto dos procedimentos de registro definidos na Instrução CVM. As condições de amortização e remuneração das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas, encontram-se definidas no Regulamento.

O Fundo poderá emitir, em 01 (uma) ou mais Distribuições, a critério da Administradora e sem necessidade de aprovação prévia dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, até 2.000 (duas mil) Quotas Sênior, no valor de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Na 1ª Distribuição, o Fundo emitirá, no mínimo, 100 (cem) e, no máximo, 2.000 (duas mil) Quotas Sênior, no valor unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) na 1ª Data de Emissão. As Quotas Sênior serão subscritas no curso do respectivo período de distribuição e integralizadas conforme disposto no Termo de Adesão ao Regulamento, Ciência de Risco e Condições de Subscrição e Integralização.

Na 1ª Distribuição, o Fundo emitirá, no mínimo, 25 (vinte e cinco) Quotas Subordinadas, no valor unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) na 1ª Data de Emissão. As Quotas Subordinadas serão subscritas no curso do respectivo período de distribuição e integralizadas conforme disposto no Termo de Adesão ao Regulamento, Ciência de Risco e Condições de Subscrição e Integralização. A integralização das mesmas deverá ocorrer *pari-passu* e proporcionalmente à emissão das Quotas Sênior.

Protocolo CVM datado de 28 de julho de 2005.

Registro na CVM: A 1ª Distribuição de Quotas Sênior e a 1ª Distribuição de Quotas Subordinadas foram registradas na CVM em 28 de julho de 2005 sob os números CVM/SRE/RFD/2005/021 e CVM/SRE/RFD/2005/022, respectivamente.

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas deverão ser registradas, para negociação secundária, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados. Na hipótese de negociação de Quotas, caberá exclusivamente ao intermediário assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

É facultado ao Gestor adquirir Quotas.

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.

“As informações contidas nesse Prospecto estão em consonância com o regulamento do fundo de investimento, porém não o substitui. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas aos objetivos e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que este está exposto”.

“Os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco”, nas páginas 57 a 61 deste Prospecto”.

O Fundo poderá utilizar estratégias com derivativos, no limite de posições detidas à vista, como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas.

*“O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta **riscos para o investidor**. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor”.*

“O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.

“Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 265 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior”.

“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor”.

O Distribuidor não realizou qualquer auditoria ou verificação independente das informações constantes deste Prospecto. O Distribuidor não presta qualquer garantia com relação à veracidade, suficiência e qualidade das informações constantes deste Prospecto, que são de responsabilidade exclusiva do Fundo, da Administradora e do Gestor.

“A Comissão de Valores Mobiliários – CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas”.



“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a indústria de fundos de investimento, bem como às normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador e das demais instituições prestadoras de serviços”.

Distribuidor



BANIF INVESTMENT BANKING

Administradora

OLIVEIRA TRUST

Gestor



Custodiante



Serviços para o
Mercado de Capitais

Empresa de Auditoria



Agências Classificadoras de Risco



Moody's Investors Service



Assessores Legais

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

A data deste Prospecto preliminar é 04 de outubro de 2005.

Índice

Glossário	5
Características Básicas da Distribuição das Quotas	16
Sumário	18
O Fundo e seu Público-Alvo.....	18
Fatores de Risco.....	19
A Administradora	19
O Gestor.....	19
O Custodiante	20
Outros Serviços.....	21
Regime de Colocação das Quotas.....	21
Remuneração da Administradora e do Gestor e Encargos do Fundo.....	22
Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira	23
Outros Limites	24
Composição do Portfólio Alvo	24
Política de Utilização de Instrumentos Derivativos.....	25
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo.....	25
Gerenciamento de Riscos.....	26
Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo.....	27
Valores Mínimos Aplicáveis ao Fundo.....	27
Emissão de Quotas.....	27
Amortização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas.....	28
Tributação	28
Critérios de Divulgação de Informações aos Condôminos	29
Características Básicas do Fundo.....	31
Resumo	31
Desenho Esquemático de Investimento do Fundo	32
Desenho Esquemático de Amortização das Quotas.....	33
Estrutura de Proteção do Capital Investido pelo Titular de Quotas Sênior (Portfólio Colateral)	33
Estrutura de Potencialização do Valor das Quotas (Portfólio Alvo).....	34
Comitê de Investimento	35
Distribuição dos Recursos Disponíveis	37
Critério de Elegibilidade	39
Verificação do Critério de Elegibilidade	40
Coobrigação	41
Política de Co-Investimentos	41
Eventos de Avaliação.....	42
Eventos de Liquidação Antecipada.....	43
Razão de Garantia e Alocação de Investimento Mínima.....	44
Procedimentos de Dação em Pagamento	44
As Quotas	46
Características das Quotas Sênior.....	46
Características das Quotas Subordinadas.....	48
Amortização de Quotas.....	50
Direito de Preferência na Subscrição de Novas Quotas.....	54
Direito de Preferência na Transferência de Quotas	55

Registro e Negociação das Quotas.....	57
Fatores de Risco	58
Introdução	58
Fatores Associados ao Investimento no Fundo.....	58
Fatores Associados aos Direitos Creditórios, aos Direitos Creditórios Alvo e aos Outros Ativos.....	60
Potenciais Conflitos de Interesse e Transações com Partes Relacionadas	63
Utilização dos Recursos	64
Administradora.....	65
Histórico.....	65
Estrutura e Administração.....	65
Administração de Fundos de Investimento.....	65
Gestor	67
Introdução	67
A Eccelera.....	67
Processos.....	68
Equipe de Profissionais.....	71
Experiência	75
Custodiante.....	79
Introdução	79
Colaboradores e Política de Recursos Humanos.....	79
Tecnologia e Sistemas	79
Sistema de <i>Back-Up</i>	80
Políticas de <i>Compliance</i> e Controles Internos	80
Anexos.....	81
Súmulas da Agência Classificadora de Risco das Quotas	8282
Regulamento	8383

GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Afiliada	(i) no caso de Quotista pessoa jurídica, qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, a qualquer tempo, controle ou seja controlada pelo Quotista em questão ou tenha o mesmo controlador, direto ou indireto, do respectivo Quotista, e (ii) no caso de Quotista pessoa física, a sociedade que seja controlada pelo Quotista em questão, por seu cônjuge e/ou descendentes
Agência Classificadora de Risco	a Moody's América Latina Ltda., a Standard & Poor's (McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda.), a Fitch Ratings Brasil Ltda. e/ou a SR Rating Prestação de Serviços Ltda., e suas respectivas sucessoras
Agência Classificadora de Risco das Quotas Sênior	Moody's América Latina Ltda.
Agência Classificadora de Risco das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas	SR Rating Prestação de Serviços Ltda.
Agente	qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa
Agente Escriturador	Banco Itaú S.A.
Alocação de Investimento Mínima	fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pelo Custodiante (Exemplo: Se Alocação de Investimento Mínima = 0,50, então Alocação de Investimento Mínima = 50%)
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
Andima	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro

Aprovação Consensual	deliberações consensuais tomadas, separadamente, em Assembleia Geral, por titulares de Quotas Sênior e por titulares de Quotas Subordinadas, observados os procedimentos descritos no Regulamento
Assembleia Geral	assembleias gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Quotistas do Fundo, realizadas nos termos do Regulamento
Bacen	Banco Central do Brasil
Banif Primus	Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio S.A., instituição responsável pela 1ª Distribuição de Quotas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Capítulo	cada um dos capítulos do Regulamento
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação
Circulação	número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento
Co-Investidores	Pessoas para as quais é oferecida, pelo Gestor, a oportunidade de adquirir, conjuntamente com o Fundo, ativos cujas companhias emissoras integrem ou venham a integrar o Portfólio Alvo
Comissões	verbas devidas ao Distribuidor, na 1ª Distribuição, equivalente a 1,35%, incidentes sobre o montante captado e investido no Fundo por Investidores Qualificados contatados pelo Distribuidor, nos termos do Contrato de Distribuição, excetuando-se o montante investido pelo Gestor e suas coligadas
Comitê de Investimento	comitê de investimento, ao qual será subordinada a aplicação da política de investimento e de desinvestimento do Fundo no Portfólio Alvo, composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 9 membros efetivos e igual número de suplentes
Competidor	qualquer pessoa física ou jurídica que atue em qualquer dos Segmentos de Atuação e compita com qualquer das companhias emissoras dos Direitos Creditórios Alvo, no mesmo mercado geográfico

Comunicação de Resposta	comunicação enviada, por escrito, à Administradora e ao Quotista Ofertante, através da qual os Quotistas manifestam sua intenção de exercer seu direito de preferência sobre as Quotas e eventuais Sobras, nos termos do Regulamento
Conta Corrente do Fundo	conta corrente de titularidade do Fundo, na qual são depositadas as verbas de titularidade do Fundo, decorrentes do pagamento de quaisquer ativos de propriedade do mesmo e da integralização de Quotas
Conta de Amortização	conta corrente de titularidade do Fundo, na qual transitam os recursos utilizados pelo Fundo na amortização de Quotas
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços Especiais de Custódia, Controladoria e Liquidação Financeira de Ativos e Custódia Física de Documentos e Outros Pactos, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com interveniência do Gestor
Contrato de Distribuição	Contrato de Distribuição, em Regime de Melhores Esforços, de Subscrição e Colocação de Quotas de Emissão do Eccelera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre, de um lado, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor e, de outro, o Banif Primus
Contrato de Escrituração	Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Agente Escriturador, e suas alterações posteriores
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Bacen
Critério de Elegibilidade	critério para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definido no Regulamento
Custodiante	Banco Itaú S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Amortização Final	última data de vencimento das obrigações pecuniárias relativas aos Direitos Creditórios Alvo integrantes da carteira do Fundo, a qual não poderá ser posterior a 31 de maio de 2013

Data de Emissão	data em que recursos decorrentes da integralização de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, a qual deverá ser, necessariamente, um “dia útil”
Data Limite de Vencimento	30 de junho de 2013
Direito Creditório Alvo	debêntures emitidas por até 15 sociedades anônimas fechadas, com atuação precípua nos Segmentos de Atuação, conversíveis ou não em ações da companhia emissora, ordinárias e/ou preferenciais, da forma escritural, custodiada ou não em mercado de balcão, podendo ser da espécie com garantia real, flutuante, quirografária e/ou subordinada, que assegurem a seus titulares direito ao recebimento, em conjunto ou isoladamente, de seu valor de principal, atualizado ou não monetariamente, de juros, fixos ou variáveis, de participação no lucro da companhia emissora e de prêmio de reembolso, sendo que os prazos finais de vencimento dos respectivos títulos não poderão ser posteriores à Data Limite de Vencimento, sempre observados os termos e as condições das respectivas escrituras de emissão
Direitos Creditórios	<p>a) Direito Creditório Alvo;</p> <p>b) debêntures emitidas por companhias abertas, atuantes ou não nos Segmentos de Atuação, da forma escritural, registrada para negociação em bolsa ou mercado de balcão organizado, objeto de distribuição pública, registrada na CVM, ou de colocação privada, conversíveis ou não em ações da companhia emissora, podendo ser da espécie com garantia real, flutuante, quirografária e/ou subordinada, que assegurem a seus titulares direito ao recebimento, em conjunto ou isoladamente, de juros, fixos ou variáveis, participação no lucro da companhia emissora e prêmio de reembolso, sendo que os prazos finais de vencimento dos respectivos títulos não poderão ser posteriores à Data Limite de Vencimento, sempre observados os termos e as condições das respectivas escrituras de emissão;</p> <p>c) cédulas de crédito bancário, registradas para negociação em mercado de balcão organizado, emitidas por pessoa jurídica em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, atuante ou</p>

não dentro dos Segmentos de Atuação, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, que assegurem a seus titulares direito ao recebimento, em conjunto ou isoladamente, de seu valor de principal atualizado ou não monetariamente, de juros, fixos ou variáveis, pagáveis periodicamente ou somente na(s) data(s) de vencimento(s) final(is) de cada cédula, a(s) qual(is) não poderá(ão) ser posterior(es) à Data Limite de Vencimento;

- d) Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs, registrados em bolsa e/ou mercado de balcão organizado, emitidos por companhias securitizadoras, objeto de colocação privada ou distribuição pública registrada na CVM, que assegurem a seus titulares direito ao recebimento, em conjunto ou isoladamente, de seu valor de principal atualizado ou não monetariamente, de juros, fixos ou flutuantes, pagáveis periodicamente ou somente na(s) data(s) de vencimento(s) final(is) de cada certificado, a(s) qual(is) não poderá(ão) ser posterior(es) à Data Limite de Vencimento; e
- e) títulos ou valores mobiliários de renda fixa que atendam à definição de “direitos creditórios” contida na Instrução CVM, que assegurem a seus titulares direito ao recebimento, em conjunto ou isoladamente, de seu valor de principal atualizado ou não monetariamente, de juros, fixos ou variáveis, pagáveis periodicamente ou somente na(s) data(s) de vencimento(s) final(is) de cada direito creditório, a(s) qual(is) não poderá(ao) ser posterior(es) à Data Limite de Vencimento

Diretor Designado

diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas

Distribuição

cada distribuição de Quotas do Fundo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM

Distribuidor

instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários contratada pela Administradora para efetuar a distribuição pública de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas, em qualquer Distribuição

Documentos Comprobatórios	documentos que consubstanciam as obrigações assumidas pelos devedores dos Direitos Creditórios, incluindo, sem limitação, acordo de credores ou de acionistas, escrituras de emissão, contratos de garantia, termos de securitização de créditos, boletins de subscrição e contratos de mútuo e financiamento, celebrados nos termos da legislação aplicável
Eccelera	Eccelera Administração de Fundos Ltda.
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes
Estágio de Consolidação de Indústria	empresas que utilizem os recursos aportados pelo Fundo para acelerar seu crescimento precipuamente através de fusões, incorporações ou aquisições de outras sociedades, as quais, em conjunto, se complementem, sejam auto sustentáveis e viabilizem o seu crescimento orgânico acelerado, conforme definido pelo Gestor
Estágio de Crescimento	empresas que sejam capazes de se auto sustentar sem aportes adicionais de capital externo, mas que possam se valer dos recursos aportados pelo Fundo para acelerar seu crescimento precipuamente orgânico, conforme definido pelo Gestor
Estágio de Reestruturação Financeira	empresas que sejam operacionalmente lucrativas, mas apresentem deficiência financeira, e que possam se valer dos recursos aportados pelo Fundo para reestruturar sua estrutura de capital e/ou financiamento, conforme definido pelo Gestor
Evento de Avaliação	evento definido no Regulamento, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de reavaliação sobre a continuidade do Fundo
Evento de Liquidação Antecipada	evento definido no Regulamento, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de liquidação dos ativos do Fundo e, com os recursos arrecadados, de amortização antecipada de Quotas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia
Gestor	Eccelera Administração de Fundos Ltda., credenciada na CVM para o exercício da atividade de administração de carteira de fundos de investimento, a ser contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, para gerir a

	carteira do Fundo, nos termos do Regulamento
Grupo Resultante da Consolidação	sociedade ou grupo de sociedades resultante de cada processo de investimento realizado em empresas em Estágio de Consolidação da Indústria
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas
Índice de Correção	valor obtido de acordo com expressão contida no Regulamento
Índice de Correção das Quotas	variação acumulada da Taxa DI no mês “n” ou, na hipótese (a) de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI como critério para definição do valor das Quotas ou (b) de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI, (i) por prazo superior a 10 dias úteis consecutivos ou (ii) por 15 dias úteis alternados durante o período de 180 dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência do respectivo evento, será adotado, para a determinação do valor das Quotas em Circulação, os seguintes índices, obedecida a seguinte ordem de nomeação: (a) o índice que eventualmente venha a substituí-lo, (b) a Taxa SELIC, ou, na impossibilidade legal de utilização de qualquer dos parâmetros acima definidos, (c) o índice que vier a ser definido pela maioria dos titulares das Quotas Sênior em Circulação, reunidos em Assembléia Geral especialmente convocada para deliberar sobre esta matéria, desde que os referidos índices possam ser utilizados como base para cálculo de taxa de performance. A maioria dos titulares de Quotas Subordinadas terá o direito de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembléia Geral, por meio de deliberação alcançada em votação em separado, podendo, nesta ocasião, apresentar um índice ou critério alternativo de precificação. Até a definição do novo parâmetro, será utilizada, sem solução de continuidade, para cálculo do valor das Quotas, a última variação do Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo, quanto pelos titulares das Quotas, quando da adoção do novo critério aprovado pelos Quotistas
Instituições Autorizadas	União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander Brasil S.A., Banco Citibank S.A. ou outras instituições de primeira linha que venham a ser aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas Sênior,

	reunidos em Assembléia Geral, sendo que, neste caso, a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas, presentes na referida Assembléia Geral, terá o direito de vetar a inclusão da instituição escolhida pelos titulares Quotas Sênior
Investidor Qualificado	Pessoa definida na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, habilitada a adquirir Quotas
Justo Valor econômico	justo valor econômico dos Direitos Creditórios Alvo, determinado por Pessoa independente que possua comprovada competência, técnica e operacional, na avaliação de ativos financeiros e empreendimento assemelhados aos ativos integrantes do Portfólio Alvo, às expensas do Fundo, observado o disposto no Regulamento
Moody's	Moody's América Latina Ltda.
Oferta de Compra	oferta firme e de boa-fé, recebida por um Quotista Ofertante, para a aquisição de suas Quotas Sênior
Outros Ativos	os seguintes ativos financeiros, integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios: recursos em moeda corrente nacional, títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen, recibos de depósito bancário de emissão de quaisquer das Instituições Autorizadas e quotas de fundo(s) mútuo(s) de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, que seja(m) administrado(s) por qualquer das Instituições Autorizadas
Parcela Proporcional de Quotista	proporção das Quotas Sênior ou das Quotas Subordinadas em Circulação que os respectivos titulares possuírem, a qual demonstra a quantidade de Quotas adicionais de mesma classe que os respectivos Quotistas têm preferência para adquirir, nos termos do Regulamento
Patrimônio Líquido ou PL	patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Regulamento
Período de Investimento	período de 4 anos contado da 1ª Data de Emissão, durante o qual o Fundo poderá aprovar a aquisição dos ativos integrantes do Portfólio Alvo, observado o disposto no Regulamento
Pessoa	pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não

	<p>personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio</p>
Portfólio Alvo	<p>parcela do Patrimônio Líquido alocada em Direitos Creditórios Alvo</p>
Portfólio Colateral	<p>recursos obtidos por meio da emissão de Quotas, alocados nas modalidades de investimento referidas no Regulamento, cujo somatório dos valores de amortização, resgate e/ou alienação dos mesmos seja equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal Protegido</p>
Prazo de Vigência	<p>prazo de vigência regular do Fundo, que será até 30 de junho de 2013, prorrogável por até 2 períodos adicionais de 365 dias cada, desde que aprovado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral por meio de Aprovação Consensual. Na hipótese de o prazo acima estabelecido encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no 1º dia útil subsequente</p>
Proposta de Co-Investimento	<p>comunicação enviada pelos Quotistas, informando seu interesse em co-investir, o montante de seu investimento e o seu interesse em adquirir eventuais sobras, nos termos do Regulamento</p>
Quotas	<p>Quotas Sênior ou Quotas Subordinadas emitidas pelo Fundo em qualquer Distribuição, em conjunto ou isoladamente</p>
Quota Sênior	<p>quota emitida pelo Fundo, em uma ou mais Distribuições, em número indeterminado e em série única, que não se subordina às Quotas Subordinadas para efeito de amortização ou resgate, inclusive na hipótese de liquidação antecipada do Fundo</p>
Quota Subordinada	<p>quota emitida pelo Fundo, em uma ou mais Distribuições, em número indeterminado e em série única, que se subordina às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, inclusive na hipótese de liquidação antecipada do Fundo</p>
Quotista	<p>titular de Quota, em conjunto ou isoladamente</p>
Quotista Ofertado	<p>demaís titulares de Quotas Sênior que são cientificados, por intermédio da Administradora, sobre o desejo do Quotista Ofertante de alienar suas Quotas</p>

Quotista Ofertante Quotista, titular de Quotas Sênior, que receba, por escrito, uma oferta firme e de boa-fé para a aquisição de suas Quotas Sênior e deseje alienar suas Quotas Sênior nos termos da Oferta de Compra

Rating Mínimo de Investimento classificação de risco outorgada pela respectiva Agência Classificadora de Risco, igual às seguintes notas:

Agência Classificadora de Risco	Rating Mínimo de Investimento	
	Escala Nacional (br)	Escala Global
Standard & Poor's, cuja razão social é McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda.	“br AA-”	-----
Fitch Ratings Brasil Ltda.	“AA- (bra)”	-----
Moody's América Latina Ltda.	“Aa3 .br”	“Ba2”
SR Rating Prestação de Serviços	“br AA-“	-----

Razão de Garantia fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor atualizado das Quotas Sênior, deduzido do valor dos Outros Ativos, e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos, apurada diariamente pelo Custodiante (Exemplo: Se Razão de Garantia for 1,00, então Razão de Garantia = 100%)

Recursos Disponíveis recursos disponíveis para a realização de amortizações de Quotas e pagamento da Taxa de Performance no primeiro dia útil de um determinado mês “m”, observado o disposto no Regulamento

Regulamento regulamento do Eccelera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e suas eventuais alterações posteriores

Retorno Preferencial das Quotas Sênior valor calculado conforme expressão contida no Regulamento

Retorno Preferencial das Quotas Subordinadas valor calculado conforme expressão contida no Regulamento

Saldo dos Recursos Disponíveis saldo dos Recursos Disponíveis, após o pagamento integral do Valor Nominal das Quotas Subordinadas, será distribuído da forma descrita no Regulamento

Seção seções deste Prospecto

Segmento de Atuação setores de Mídia e Entretenimento, Bens de Consumo,

	Varejo e Logística, Telecomunicações ou Tecnologia, em conjunto ou isoladamente
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
Situações Especiais	empresas operacionalmente deficitárias, independentemente de apresentarem ou não deficiência financeira, e que possam se valer dos recursos aportados pelo Fundo para reestruturar sua operação e/ou sua estrutura de capital e/ou financiamentos
Sobras	Quotas ofertadas sobre as quais os Quotistas Ofertados não tenham exercido o direito de preferência ou em que os Quotistas não tenham exercido, total ou parcialmente, o direito de preferência na subscrição de novas Quotas emitidas pelo Fundo
SR Rating	SR Rating Prestação de Serviços Ltda.
Taxa DI	Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgada pela CETIP, válida por 1 dia útil (<i>overnight</i>), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis)
TED	Transferência Eletrônica Disponível
Termo de Adesão ao Regulamento, Ciência de Risco e Condições de Subscrição e Integralização	documento preparado substancialmente sob a forma de anexo ao Regulamento, firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento
Valor Nominal Protegido	produto entre o número de Quotas Sênior em Circulação e o valor nominal de cada Quota Sênior na 1ª Data de Emissão

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

Emissor:	Eccelera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros
Classe de Quotas:	2 classes, sendo: 1 classe de Quotas Sênior, em série única, a ser distribuída em uma ou mais Distribuições 1 classe de Quotas Subordinadas, em número indeterminado e em série única, a ser distribuída em uma ou mais Distribuições
Preço Unitário das Quotas Sênior:	R\$100.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Sênior
Preço Unitário das Quotas Subordinadas:	R\$100.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas
Número de Quotas Sênior a serem distribuídas:	o Fundo poderá emitir, em 1 ou mais Distribuições, a critério da Administradora e sem necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, até 2.000 Quotas Sênior, no valor de até R\$200.000.000,00
Número de Quotas Sênior a serem emitidas na 1ª Distribuição:	o Fundo emitirá, no mínimo, 100 e, no máximo, 2.000 Quotas Sênior
Número de Quotas Subordinadas a serem emitidas na 1ª Distribuição:	o Fundo emitirá, no mínimo, 25 Quotas Subordinadas
Administradora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante:	Banco Itaú S.A.
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes
Agências Classificadoras de Risco das Quotas:	A Moody's será a Agência Classificadora de Risco responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das Quotas Sênior. A SR Rating será a Agência Classificadora de Risco responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas.

Vide Seção “Das Quotas” deste Prospecto.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. Possíveis adquirentes das Quotas devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento com especial atenção às disposições relativas ao objeto e às políticas de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de amortização e resgate de Quotas, bem como a descrição dos fatores de risco a que este está exposto.

SUMÁRIO

Este sumário foi elaborado com base nas informações constantes do presente Prospecto.

O Fundo e seu Público-Alvo

O Fundo foi constituído em 25 de julho de 2005, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de vigência regular até 30 de junho de 2013, prorrogável por até 2 períodos adicionais de 365 dias cada, desde que aprovado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral por meio de Aprovação Consensual. Na hipótese de o prazo acima estabelecido encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no 1º dia útil subsequente. O Regulamento encontra-se registrado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 1.564.866, em 25 de julho de 2005. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Instrução CVM e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os documentos referidos nos §§ 1º e 2º do artigo 8º da Instrução CVM foram protocolados na CVM em 28 de julho de 2005.

O Fundo iniciou suas atividades em [●] de [●] de 2005.

O Fundo tem por objeto precípua adquirir Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será realizada nos termos do Regulamento, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra ou coobrigação da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum. A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos devedores dos Direitos Creditórios e/ou dos Outros Ativos ou pelo pagamento dos Direitos Creditórios e/ou dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo.

O Fundo emitirá Quotas Sênior e Quotas Subordinadas para captar recursos, em moeda corrente nacional, necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes de sua carteira.

O Fundo contará com dois portfólios: o Portfólio Colateral, cujo objetivo é de proporcionar aos Quotistas um mecanismo de mitigação do risco referente à possibilidade de perda do capital originalmente investido, e o Portfólio Alvo, cujo objetivo é de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas.

Somente Investidores Qualificados poderão ser subscritores ou adquirentes de Quotas, nos termos dos normativos da CVM.

As Quotas serão objeto de oferta pública de distribuição no mercado primário, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, segundo plano de distribuição elaborado pelo Distribuidor, que levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.

Fatores de Risco

Aplicação no Fundo apresenta riscos para os Quotistas. Antes de tomar uma decisão de investimento, potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações contidas neste Prospecto e avaliar os fatores de risco aqui descritos que refletem as especificidades do Fundo. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, poderá ocorrer atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Vide Regulamento, Capítulo Treze – “Dos Fatores de Risco” e Seção “Fatores de Risco”.

A Administradora

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91.

A Administradora tem por função precípua praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo nos termos da Instrução CVM e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações da Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Oito – “Da Administradora e do Gestor”.

O Gestor

A carteira do Fundo será gerida pela Eccelera Administração de Fundos Ltda., sociedade limitada credenciada na CVM para o exercício da atividade de administração de carteira de fundos de investimento através do Ato Declaratório CVM nº 6926, de 6 de agosto de 2002, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, Bloco G, Piso Jardim, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.378.017/0001-38.

O Gestor tem por função precípua praticar todos os atos de gestão ordinária da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento, por delegação de poderes da Administradora. Os deveres e as obrigações do Gestor, delegados pela Administradora, encontram-se definidos no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Oito – “Da Administradora e do Gestor”.

O Custodiante

O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, é a instituição custodiante do Fundo.

Entre outras atribuições definidas na Instrução CVM, no Regulamento e no Contrato de Custódia, compete ao Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes:

- a) movimentar as Contas de Movimentação, observadas as instruções passadas pela Administradora;
- b) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, ao menos até o encerramento do Prazo de Vigência e pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora:
 - i) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pela Administradora, pelo Gestor ou por seus Agentes, observado o disposto no Regulamento; e
 - ii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
- c) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos de titularidade do Fundo, decorrentes do pagamento de rendimentos, de seu valor de principal e/ou de sua alienação, os quais deverão ser creditados única e exclusivamente, após a sua conciliação e trânsito em contas intermediárias de titularidade do Fundo, na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- d) calcular e informar à Administradora, mensalmente, a adequação do Fundo à Razão de Garantia e à Alocação de Investimento Mínima;
- e) colocar à disposição da Administradora e do Gestor o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- f) somente acatar ordens passadas por pessoa(s) autorizada(s) da Administradora e do Gestor, desde que as mesmas estejam de acordo com seus respectivos poderes e atribuições definidos no Regulamento.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia. *Vide Regulamento, Capítulo Vinte e Dois – “Do Custodiante”.*

Outros Serviços

Auditoria:	KPMG Auditores Independentes Rua Renato Paes de Barros, nº 33 04530-904 São Paulo – SP
Classificação de Risco das Quotas Sênior:	Moody's América Latina Ltda. Av. Nações Unidas, 12.551 - 17º Andar 04578-903 São Paulo – SP
Classificação de Risco das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas:	SR Rating Prestação de Serviços Ltda. Av. Rio Branco, 89 B, grupo 1002 20040-004 Rio de Janeiro – RJ
Custódia:	Banco Itaú S.A. Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100 – Torre Itaúsa 04344-902 São Paulo – SP
Distribuidor:	Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio S.A. Alameda Santos, nº 745 – 1º andar 01419-001 São Paulo – SP

Tabela 1: Outros Serviços.

Regime de Colocação das Quotas

- *Melhores Esforços:* O Banif Primus fará a colocação, sob o regime de melhores esforços, de até 2.000 Quotas Sênior e de, no mínimo, 25 Quotas Subordinadas.
- *Garantia de Liquidez:* O Banif Primus não celebrará contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem será constituído fundo de sustentação.
- *Adesão Contratual:* O Banif Primus poderá convidar a participar do Contrato de Distribuição outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que celebrarem contratos de adesão com o mesmo.
- *Remuneração:* A remuneração devida pelo Fundo ao Banif Primus, nos termos do Contrato de Distribuição, é equivalente a uma comissão de colocação de 1,35%, incidente sobre o montante captado e investido no Fundo por Investidores Qualificados contatados pelo Banif Primus, excetuando-se o montante investido pelo Gestor e suas coligadas.

A comissão acima referida será paga observados os termos e condições do Contrato de Distribuição.

Remuneração da Administradora e do Gestor e Encargos do Fundo

Taxa de Administração:	<p>A Administradora fará jus à remuneração fixa, mensal, equivalente ao maior valor entre R\$96.000,00 por ano ou 2,50% ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, paga na seguinte forma: a Taxa de Administração será paga pelo Fundo diretamente à Administradora, mensalmente, sendo cada pagamento mensal equivalente ao maior valor entre (i) R\$8.000,00 e (ii) o valor correspondente a 1/12 de 0,10% ao ano até que o valor do Patrimônio Líquido alcance o valor de R\$100.000.000,00, e a 1/12 de 0,05% ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder o montante de R\$100.000.000,00. A diferença positiva entre o valor correspondente a 1/12 de 2,50% incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido e o valor apurado na forma dos itens “i” e “ii” acima será paga diretamente ao Gestor, nos termos do Parágrafo 2º, do art. 56 da Instrução CVM.</p> <p>Sobre o valor da taxa de administração serão acrescidos, nos termos do Regulamento, os valores, em moeda corrente nacional, equivalentes à soma de (i) R\$3.900,00 mensais durante os primeiros três anos após a 1ª Data de Integralização e R\$4.300,00 mensais a partir do mês seguinte ao término deste período, (ii) R\$2,45 na ocorrência de cada aplicação, resgate, ou evento relacionado a cada Quotista, (iii) R\$0,60 por aviso ou extrato emitido aos Quotistas, adicionados dos valores cobrados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para postagem dos mesmos, (iv) valor dos tributos incidentes sobre o valor da parcela da Taxa de Administração não repassada ao Gestor ou a outras Pessoas, a saber: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), Imposto de Renda Retido na Fonte e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Taxa de Administração, com exceção do imposto de renda pago pela Administradora, e (v) o valor das Comissões devidas ao Distribuidor nos termos do Contrato de Distribuição. Nos termos do Parágrafo 2º, do artigo 56 da Instrução CVM, os valores referidos no item “v” acima serão pagos diretamente ao Distribuidor na medida em que as respectivas verbas lhe sejam devidas nos termos do Contrato de Distribuição.</p> <p>O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no último dia útil do mês calendário da 1ª Data de Emissão e as demais no último dia útil dos meses subseqüentes. A Taxa de Administração será apropriada diariamente e debitada ao Fundo mensalmente.</p>
Taxa de Performance:	<p>A taxa de performance, devida à Administradora pela prestação dos serviços de administração e gestão do Fundo, será calculada pela Administradora, mensalmente, no último dia útil de cada mês, de acordo com expressão contida no Regulamento, equivalente a 20% do rendimento que exceder o Retorno Preferencial das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas. Nos termos do Parágrafo 2º, do art. 56 da Instrução CVM, será paga diretamente pelo Fundo ao Gestor, como contrapartida pelos serviços prestados nos termos do Regulamento, 100% da Taxa de Performance. A Taxa de Performance somente poderá ser paga, total ou parcialmente, a partir do período de 4 anos contado da 1ª Data de Emissão, concomitantemente ao pagamento das amortizações pagas aos Quotistas, observados os parâmetros e procedimentos descritos no Regulamento.</p>
Taxa de Ingresso:	Não há.
Taxa de Saída:	Não há.
Encargos do Fundo:	<ol style="list-style-type: none">1. Taxa de Administração e Taxa de Performance;2. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;3. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;4. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações

	aos condôminos;
5.	honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
6.	emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
7.	honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
8.	quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
9.	taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos;
10.	contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
11.	despesas com a contratação de agência de classificação de risco.

Tabela 2: Remuneração da Administradora do Gestor e Encargos do Fundo.

A Administradora não cobrará taxa de ingresso ou saída, podendo, todavia, observado o disposto no Regulamento, a seu exclusivo critério, o ingresso de quotistas ao Fundo.

Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu Patrimônio Líquido de acordo com a tabela a seguir.

Composição da Carteira e Percentual Máximo em Relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios	50%	100%
b) moeda corrente nacional	0%	50%
c) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%
d) recibos de depósito bancário de emissão de quaisquer das Instituições Autorizadas	0%	50%
e) fundo(s) mútuo(s) de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, e que seja(m) administrado(s) por qualquer das Instituições Autorizadas	0%	50%

Tabela 3: Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira.

Desde a 1ª Data de Emissão até a Data Limite de Vencimento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá manter, em moeda corrente nacional, reserva para pagamento das despesas e encargos mínimos necessários para a manutenção da operação do Fundo até a Data Limite de Vencimento, incluindo pelo menos os valores previstos para o pagamento do Custodiante, da Administradora (excluindo o Gestor), da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco, a qual deverá ser mantida periodicamente ajustada pela Administradora,

observados os critérios definidos nos instrumentos contratuais celebrados com as contrapartes acima referidas. O valor desta reserva deve ser ajustado mensalmente para refletir a necessidade dos meses restantes até a Data Limite de Vencimento. O valor inicial desta reserva na 1ª Data de Emissão deverá ser de R\$2.400.000,00.

É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo. É expressamente vedada a subscrição e integralização primária, pelo Fundo, de qualquer Direito Creditório e a aquisição de ativos de renda variável.

Outros Limites

Máximo em Relação ao Patrimônio Líquido	Limite Máximo
a) total consolidado de Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, não alocados no Portfólio Alvo ou no Portfólio Colateral, de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seus respectivos controladores, de sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum	15% do Patrimônio Líquido
b) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen, operações compromissadas tendo como lastro títulos públicos federais e como contraparte qualquer das Instituições Autorizadas e/ou 1 único fundo mútuo de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenha seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, que seja administrado por qualquer das Instituições Autorizadas	100% da parcela do Patrimônio Líquido não alocada no Portfólio Alvo ou no Portfólio Colateral
c) total consolidado de Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, alocados no Portfólio Colateral, de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seus respectivos controladores, de sociedades por estes direta ou indiretamente controladas	100% do total dos ativos alocados no Portfólio Colateral

Tabela 4: Outros Limites.

Composição do Portfólio Alvo

Ao término do Período de Investimento, o Gestor envidará os seus melhores esforços de forma que o Portfólio Alvo encontre-se alocado de acordo com a política de diversificação abaixo estabelecida:

Composição do Portfólio Alvo – Direitos Creditórios Alvo Emitidos por Companhias Atuantes nos Seguintes Setores	% Máximo de Recursos Alocados no Portfólio Alvo
a) Segmentos de Atuação Varejo e/ou Logística	50,0
b) Segmento de Atuação Bens de Consumo	50,0
c) Segmento de Atuação Tecnologia	40,0
d) Segmento de Atuação Telecomunicações	30,0
e) Segmento de Atuação Mídia e Entretenimento	30,0

Tabela 5: Composição do Portfólio Alvo ao Término do Período de Investimento.

Durante o Prazo de Vigência, o Gestor pretende, em regime de melhores esforços, que os ativos integrantes do Portfólio Alvo estejam alocados em empresas com os seguintes níveis de exposição de risco relacionados aos seus respectivos estágios de desenvolvimento:

Composição do Portfólio Alvo – Direitos Creditórios Alvo Emitidos por Companhias nos Seguintes Estágios		% Mínimo do PL	% Máximo do PL
a)	Estágio de Crescimento	30,0	100,0
b)	Estágio de Consolidação de Indústria	0,0	60,0
c)	Estágio de Reestruturação Financeira e/ou em outras Situações Especiais	0,0	30,0

Tabela 6: Composição do Portfólio Alvo Durante o Prazo de Vigência.

Política de Utilização de Instrumentos Derivativos

As operações do Fundo com derivativos devem ser sempre realizadas em mercados organizados, administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, devidamente constituídas, exclusivamente na modalidade “com garantia”, sendo expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título.

A atuação do Fundo nos mercados de derivativos é restrita à realização de operações com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas. Não obstante a utilização de instrumentos derivativos pelo Fundo, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e o valor das Quotas Sênior. A Administradora e o Gestor não se encontram obrigados a manter a carteira do Fundo protegida, total ou parcialmente, contra o risco de descasamento entre o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Quotas Sênior, por meio da contratação de operações com instrumentos derivativos.

É facultado ao Fundo, a exclusivo critério do Gestor, realizar operações compromissadas, com lastro em títulos públicos federais, tendo necessariamente como contraparte qualquer das Instituições Autorizadas.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

Os ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, quando houver, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios e com os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Caso o Gestor julgue necessário, os Direitos Creditórios Alvo poderão ser reavaliados, anualmente, por seu Justo Valor Econômico, determinado por Pessoa independente que possua comprovada competência, técnica e operacional, na avaliação de ativos financeiros e empreendimento assemelhados aos ativos integrantes do Portfólio Alvo, às expensas do Fundo, tendo em vista um ou mais dos seguintes critérios: (a) os termos e condições do respectivo Documento Comprobatório, (b) o desempenho financeiro e operacional histórico da companhia emissora dos Direitos Creditórios Alvo, (c) a análise de projeções de fluxo de caixa da companhia emissora dos Direitos Creditórios Alvo, (d) o valor patrimonial da companhia

emissora dos Direitos Creditórios Alvo e (e) os critérios financeiros/matemáticos refletidos em equação contida no Regulamento.

O Gestor colocará à disposição do Custodiante, no prazo máximo de 30 dias contados do término do respectivo exercício social, laudo de avaliação definindo o Justo Valor Econômico, para que este proceda aos competentes lançamentos na contabilidade do Fundo. O laudo de avaliação aqui referido deve ser mantido à disposição dos titulares das Quotas na sede da Administradora e das instituições que vierem a distribuí-las.

Caso, no prazo decadencial de 15 dias, contado da data em que o laudo de avaliação acima referido encontre-se disponível para os Quotistas, os titulares da maioria das Quotas Sênior e/ou das Quotas Subordinadas em Circulação não concordem com os resultados contidos no laudo de avaliação, estes deverão adotar os procedimentos previstos no Regulamento para solução da controvérsia.

As perdas e provisões com os Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores, bem como resultado dos procedimentos de avaliação definidos no Regulamento.

Gerenciamento de Riscos

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados em comitês dos quais participam os principais executivos das diretorias de administração de recursos de terceiros da Administradora e do Gestor.

A Administradora e o Gestor privilegiam, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por diferentes comitês, que traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do

Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. Ainda que a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, objeto de distribuição pública, e os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento e de fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, regulados pela Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores.

Os Documentos Comprobatórios, lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, objeto de colocação privada, deverão ser custodiados pelo Custodiante. Com referência ao Portfólio Alvo, o Custodiante somente será responsável pela custódia e guarda física das escrituras de emissão e, conforme o caso, dos demais Documentos Comprobatórios relativos a cada emissão. Os respectivos Documentos Comprobatórios deverão ser entregues ao Custodiante pela Administradora até o 5º dia útil imediatamente anterior à data esperada de aquisição do respectivo ativo pelo Fundo. O Custodiante não realizará qualquer tipo de verificação independente para determinar se as obrigações assumidas pela companhia emissora dos Direitos Creditórios Alvo são válidas e exigíveis nos termos contidos nos respectivos Documentos Comprobatórios. As debêntures integrantes do Portfólio Alvo deverão ser obrigatoriamente escrituradas pelo Banco Itaú S.A.

Valores Mínimos Aplicáveis ao Fundo

Aplicação Inicial	R\$ 100.000,00
-------------------	----------------

Tabela 7: Valores Mínimos Aplicáveis ao Fundo.

Emissão de Quotas

As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e Condições de Subscrição e Integralização e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, pelo Gestor ou pelo Agente Escriturador, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (e-mail). Caberá a cada Quotista informar ao Agente Escriturador, à Administradora e ao Gestor a alteração de seus dados cadastrais. Os Quotistas poderão ser chamados pela Administradora, a qualquer tempo, para fazer novas integralizações de Quotas, observados os termos e condições definidos no Regulamento e nos Termos de Adesão ao Regulamento, Ciência de Risco e Condições de Subscrição e Integralização por estes firmados.

Vide Seções “As Quotas – Características das Quotas Sênior” e “As Quotas – Características das Quotas Subordinadas” deste Prospecto.

Amortização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas

Vide Seção “As Quotas – Amortização de Quotas”.

Tributação

Até a data de preparação deste Prospecto, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento são isentos do imposto de renda e não sofrem a incidência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e do Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos nas transações com os ativos componentes das carteiras dos fundos de investimentos implicam, tão-somente, na valorização da totalidade das quotas dos fundos, sem efeitos tributários diretos.

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos quotistas, há incidência do IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas serão regressivas em razão da classificação do fundo como de longo (carteira com prazo médio superior a 365 dias) ou curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias), excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios.

(i) Fundo de longo prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
- 20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;
- 17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias;
- 15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

(ii) Fundo de curto prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
- 20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima serão considerados a partir da data da aplicação.

Em face de o Fundo ser constituído sobre a forma de condomínio fechado, existe uma dúvida pertinente à aplicação do regime de retenção semestral, realizada no último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano, de IR-Fonte (come-cotas), em valor equivalente a 20% (relativos a fundos de curto prazo) ou 15% (rendimentos relativos a fundos de longo prazo), uma vez que a legislação vigente não é suficientemente clara neste sentido. Assim, até que haja definição sobre a necessidade de retenção semestral, a Administradora não adotará tal procedimento de retenção, o qual poderá ser eventualmente alterado caso fato ou ato superveniente determine a aplicação deste procedimento.

Por ocasião do resgate das quotas é aplicada alíquota complementar, dependendo do prazo de aplicação, adotando-se a escala de alíquotas apresentada acima.

Na hipótese de alienação de quotas do Fundo em bolsa de valores, sobre o valor da alienação incidirá IR-Fonte à alíquota de 0,005%, sendo responsável, neste caso, pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Quotista. Por fim, há incidência do Imposto sobre Operações Financeiras, Câmbio e Seguro – IOF sobre as quotas quando a amortização ou resgate ocorrer em prazo inferior a 30 dias da data da aplicação.

Crítérios de Divulgação de Informações aos Condôminos

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Valor Econômico”, cientificado aos Quotistas nos termos da Instrução CVM, ou (b) de e-mail enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Regulamento. As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos condôminos na sede da Administradora e do Gestor.

A Administradora deverá proceder à determinação e colocar à disposição dos Quotistas, em seu *website*, em base mensal, (i) o número de Quotas de propriedade do respectivo investidor; (ii) o valor de cada Quota; (iii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, dos ativos financeiros e das demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último dia útil do mês imediatamente anterior. As informações referidas nos itens “ii” e “iii” acima deverão, também, ser colocadas à disposição da Agência Classificadora de Risco, em base mensal.

A Administradora deverá divulgar em seu *website*, no prazo de 15 dias contado do término dos períodos encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas, sobre a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no exercício social a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência Classificadora de Risco responsável pela elaboração e atribuição de classificação de

risco das Quotas. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

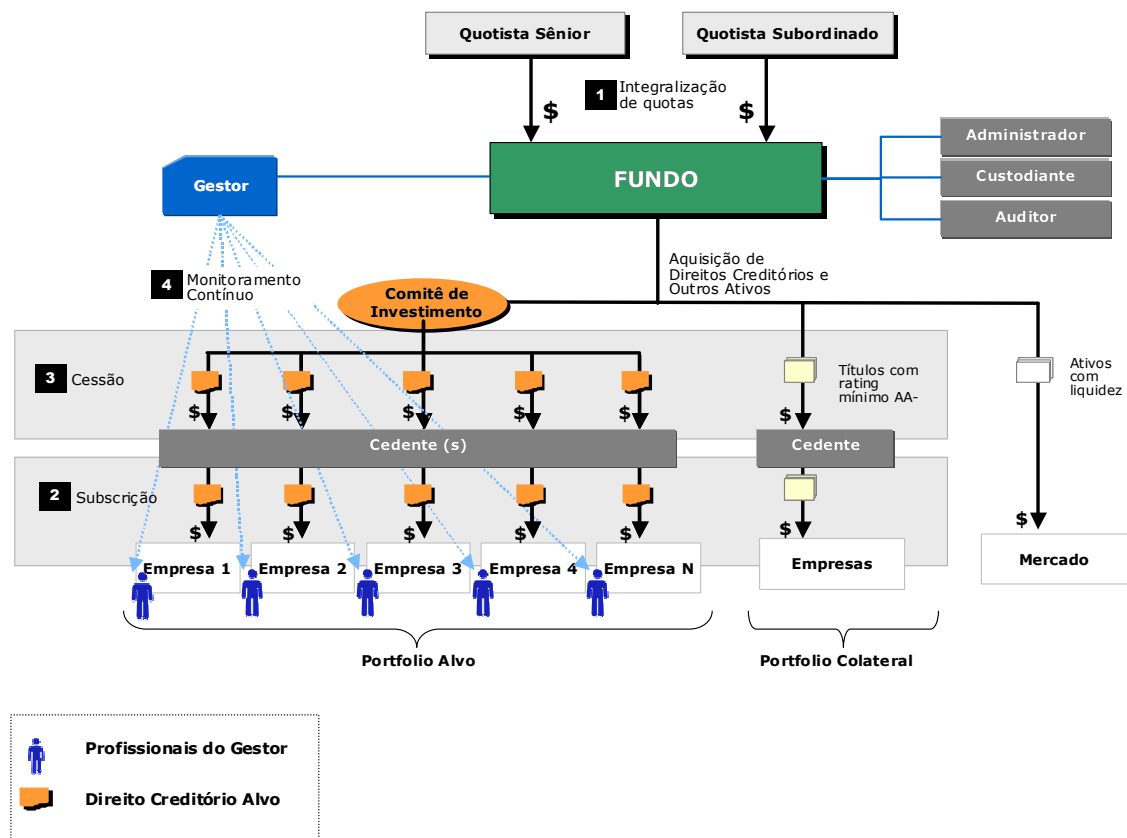
O resumo da estrutura do Fundo abaixo apresentado possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global do Fundo, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto. Os termos utilizados nesta Seção que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no glossário deste Prospecto ou no Regulamento. Os diagramas inseridos nesta seção são meramente ilustrativos, e não tem a intenção de guardar relação de grandeza ou proporção de forma exata com os valores reais do Fundo.

Resumo

O Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observados os termos e as condições do Regulamento, a valorização de suas Quotas mediante a aquisição pelo Fundo de carteira composta precipuamente por Direitos Creditórios a serem alocados no Portfólio Alvo, no Portfólio Colateral e em Outros Ativos. Os procedimentos para aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, incluindo o Critério de Elegibilidade, encontram-se definidos no Regulamento.

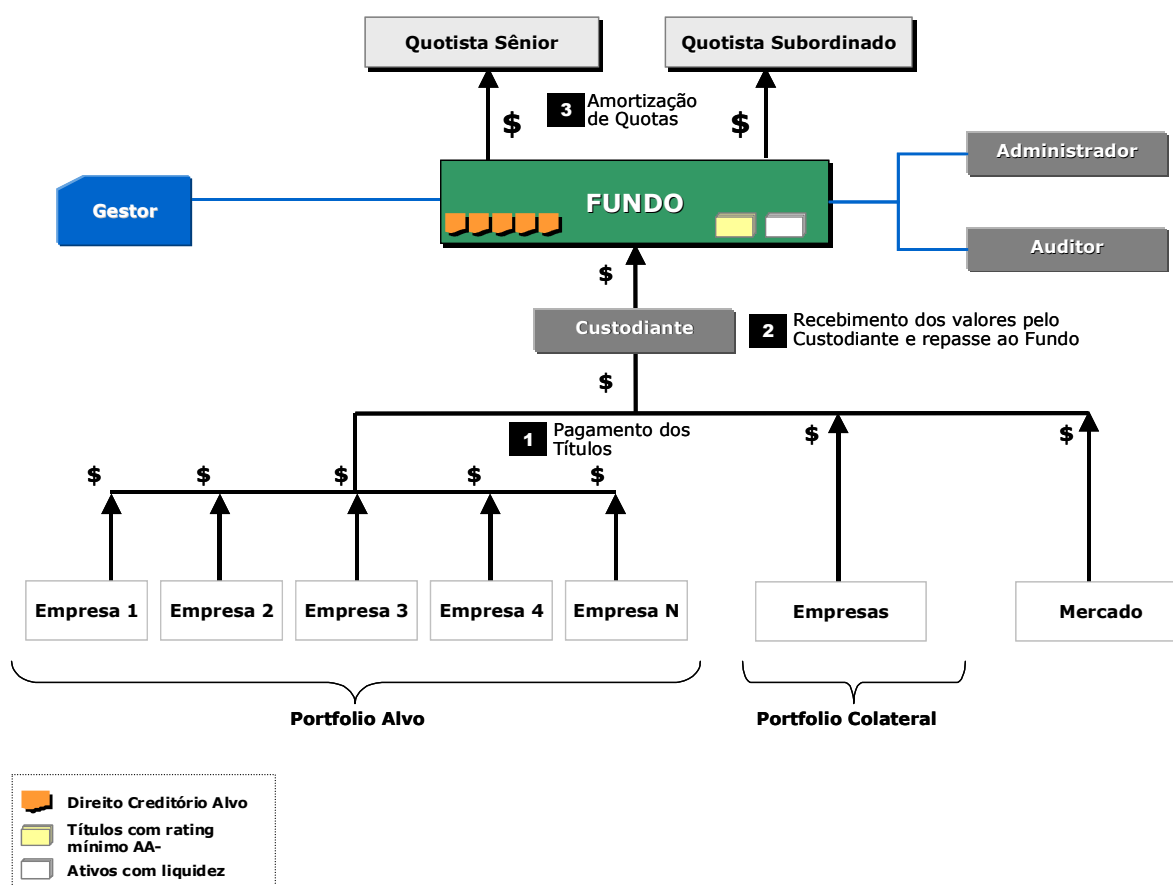
O Fundo adquirirá Direitos Creditórios utilizando-se dos recursos provenientes da integralização de Quotas e da liquidação dos ativos de sua titularidade pelas respectivas contrapartes.

Desenho Esquemático de Investimento do Fundo



1. O Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios e Outros Ativos, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas por Investidores Qualificados.
2. O(s) cedente(s) subscreve(m) os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo.
3. O Fundo adquire Direitos Creditórios e Outros Ativos, alocando-os, conforme disposto no Regulamento, no Portfólio Alvo e no Portfólio Colateral.
4. O Gestor exerce monitoramento contínuo das empresas emissoras dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Desenho Esquemático de Amortização das Quotas



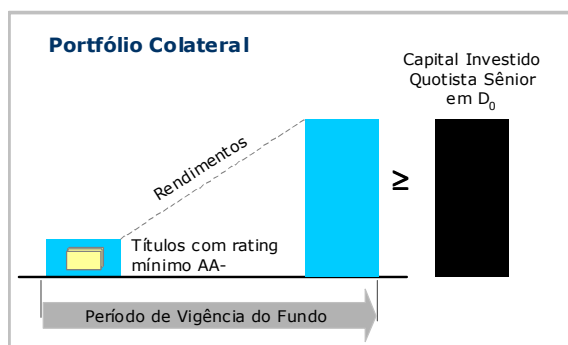
1. O Fundo fará jus ao pagamento de juros e amortização, total ou parcial, dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade.
2. Os valores oriundos dos pagamentos dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão conciliados pelo Custodiante e repassados ao Fundo.
3. Durante o Período de Investimento, os valores mencionados nos itens “1” e “2” acima serão utilizados no pagamento das despesas do Fundo e re-investimento. Decorrido o Período de Investimento, o Fundo cessará a aquisição de Direitos Creditórios Alvo e, em regime de melhores esforços e a critério do Gestor, iniciará os procedimentos de desinvestimento de sua carteira de ativos até o término do Prazo de Vigência, com o objetivo de angariar recursos para a amortização das Quotas. A partir do mês calendário imediatamente subsequente ao encerramento do Período de Investimento, a Administradora, por indicação do Gestor, deverá proceder à amortização, total ou parcial, das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas, no mínimo, semestralmente, ou a qualquer momento, a seu exclusivo critério, observado o disposto no Regulamento.

Estrutura de Proteção do Capital Investido pelo Titular de Quotas Sênior (Portfólio Colateral)

Com o objetivo de mitigar o risco referente à possibilidade de perda do capital originalmente investido pelos titulares das Quotas Sênior, o Fundo destinará parte dos recursos arrecadados

com a integralização das Quotas para a aquisição de Direitos Creditórios e Outros Ativos cuja classificação, na data de sua aquisição, seja, no mínimo, *Rating* Mínimo de Investimento.

Os recursos acima mencionados serão aplicados na aquisição de Direitos Creditórios e Outros Ativos, que contenham remuneração pré-fixada, de forma que, na Data de Amortização Final, seu valor de resgate (principal + remuneração) seja igual ou superior ao valor nominal do investimento originalmente efetuado pelos titulares das Quotas Sênior.



Estrutura de Potencialização do Valor das Quotas (Portfólio Alvo)

O Fundo atua no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aquisição, pelo Fundo, de carteira composta precipuamente por Direitos Creditórios Alvo. O investimento em Direitos Creditórios Alvo tem características especiais, conforme descrito abaixo:

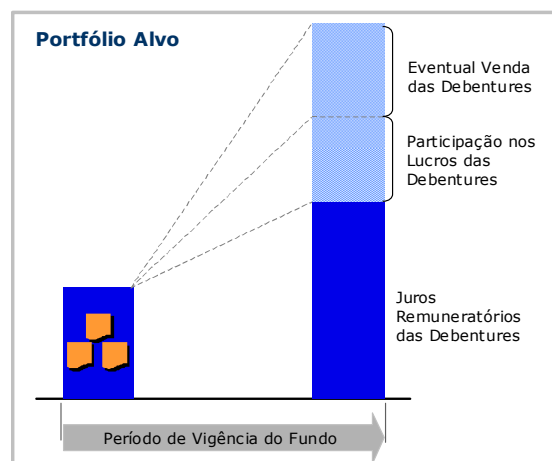
Natureza dos Direitos Creditórios Alvo

Debêntures emitidas por até 15 sociedades anônimas fechadas, com atuação precípua nos Segmentos de Atuação, conversíveis ou não em ações da companhia emissora, ordinárias e/ou preferenciais, da forma escritural, custodiada ou não em mercado de balcão, podendo ser da espécie com garantia real, flutuante, quirografária e/ou subordinada, que assegurem a seus titulares direito ao recebimento, em conjunto ou isoladamente, de seu valor de principal, atualizado ou não monetariamente, de juros, fixos ou variáveis, de participação no lucro da companhia emissora e de prêmio de reembolso, sendo que os prazos finais de vencimento dos respectivos títulos não poderão ser posteriores à Data Limite de Vencimento, sempre observados os termos e as condições das respectivas escrituras de emissão.

Aquisição dos Direitos Creditórios Alvo

O Gestor, por conta e ordem do Fundo, envidará seus melhores esforços na seleção de Direitos Creditórios Alvo, com o objetivo de obter as melhores condições de investimento para o Fundo.

O Fundo fará jus a rendimentos/ganhos oriundos de juros remuneratórios e/ou participação nos lucros da companhia emissora e eventualmente aqueles decorrentes da alienação dos Direitos Creditórios Alvo (i.e., debêntures) para outros investidores, conforme se observa na figura abaixo:



Comitê de Investimento

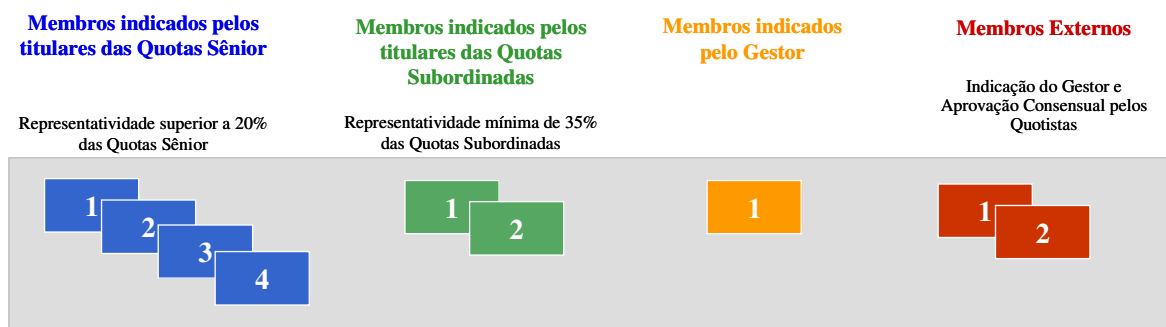
Será constituído, sem prejuízo das responsabilidades da Administradora, do Diretor Designado e do Gestor, um comitê de investimentos, ao qual será subordinada a aplicação da política de investimento e de desinvestimento do Fundo, composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 9 membros efetivos e igual número de suplentes, de notório conhecimento e ilibada reputação, ao qual estarão subordinadas, particularmente, as questões relativas à composição do Portfólio Alvo.

Os integrantes do Comitê de Investimento e seus suplentes serão escolhidos pelos Quotistas e pelo Gestor, em Assembléia Geral, observadas as seguintes diretrizes:

- a) até, no máximo, 4 membros e respectivos suplentes, escolhidos pelos titulares das Quotas Sênior em Circulação, sendo que Quotista(s) que detenha(m), em conjunto ou separadamente, participação superior a 20% do total de Quotas Sênior em Circulação poderão escolher 1 membro e seu respectivo suplente para integrar o Comitê de Investimento, em votação em separado na Assembléia Geral, realizada entre os titulares desta classe de Quotas e convocada especialmente para este fim;
- b) até, no máximo, 2 membros e respectivos suplentes, escolhidos pelos titulares das Quotas Subordinadas em Circulação, sendo que Quotista(s) que detenha(m), em conjunto ou separadamente, participação igual ou superior a 35% do total de Quotas Subordinadas em Circulação, poderão escolher 1 membro e seu respectivo suplente para integrar o Comitê de Investimento, escolhido em votação em separado na Assembléia Geral, realizada entre os titulares desta classe de Quotas e convocada especialmente para este fim;
- c) após a eleição dos representantes dos Quotistas no Comitê de Investimento, o Gestor poderá livremente indicar 1 membro e seu respectivo suplente para integrar o Comitê de Investimento;
- d) até 2 membros e respectivos suplentes independentes indicados pelo Gestor e aprovados pelos Quotistas por meio de Aprovação Consensual; e

- e) cada Quotista, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum somente poderá eleger 1 membro e seu respectivo suplente, independentemente da quantidade de Quotas da mesma classe por estes detidas.

Desta maneira, a composição do Comitê de Investimento pode ser ilustrada da seguinte maneira:



Não poderá integrar o Comitê de Investimento qualquer Pessoa que ocupe cargo de direção ou preste serviço de consultoria para qualquer das companhias emissoras dos Direitos Creditórios Alvo, para qualquer Competidor, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Comitê de Investimento do Fundo terá como função básica:

- deliberar sobre os investimentos indicados pelo Gestor para integrar o Portfólio Alvo, conforme recomendado pelo Gestor;
- deliberar sobre a alienação/liquidação de investimentos do Portfólio Alvo, conforme recomendado pelo Gestor;
- deliberar sobre a realização de qualquer acordo ou transação, tendo por objeto a desconstituição, substituição ou liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios Alvo integrantes da carteira do Fundo;
- dirimir questões relativas a conflitos de interesse relacionados às deliberações cujas matérias estão indicadas nas alíneas “a” e “b” acima, observado o disposto no Regulamento, hipóteses em que o(s) membro(s) do Comitê de Investimento que representa(m) a parte que possa estar envolvida no potencial conflito deve(m) se abster de votar;
- aprovar a realização prévia de qualquer transação ou negócio em que o Gestor atue como contraparte das companhias emissoras dos Direitos Creditórios Alvo; e
- ratificar, por ocasião do encerramento do Período de Investimento, a implementação de investimento anteriormente aprovado, cuja efetivação tiver sido interrompida em decorrência de evento superveniente que tenha desobrigado o Fundo de efetuar o respectivo aporte de recursos.

Nenhum investimento, alienação ou liquidação de investimento do Portfólio Alvo será realizado sem a prévia autorização do Comitê de Investimento.

Os membros do Comitê de Investimento não perceberão qualquer tipo de remuneração do Fundo pelo desempenho de suas funções.

Os membros do Comitê de Investimento deverão exercer o seu direito de voto no interesse do Fundo, sendo considerado abusivo o voto exercido com o fim de causar dano ao Fundo ou aos seus Quotistas, ou de obter, para si ou para outrem, incluindo o Quotista que o nomeou como membro do Comitê de Investimento, vantagem a que não faz jus e que resulte, ou possa resultar, em prejuízo para o Fundo ou para os Quotistas. O membro do Comitê de Investimento deverá se abster de votar em reuniões que deliberar sobre matérias indicadas nas alíneas “a” e “b” acima, caso o Quotista que o nomeou ou o próprio membro do Comitê de Investimento possua participação societária, direta ou indireta, no referido investimento, ou em que o Quotista que o nomeou ou o próprio membro do Comitê de Investimento tiver interesse conflitante com o do Fundo e seus Quotistas, cabendo ao respectivo membro cientificar aos demais membros do Comitê de Investimento do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Comitê de Investimento, a natureza e extensão do seu interesse. Permanecendo qualquer divergência ou caso o membro do Comitê de Investimento pretenda exercer o seu direito de voto por entender não se caracterizar qualquer das hipóteses acima referidas, o assunto deverá ser submetido pelo Gestor à deliberação da Assembléia Geral.

Distribuição dos Recursos Disponíveis

A partir do mês calendário imediatamente subsequente ao encerramento do Período de Investimento, os recursos disponíveis para distribuição serão destinados a amortização das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento, segundo uma seqüência de alocação dos Recursos Disponíveis, como mostra o diagrama abaixo:

Recursos Disponíveis

Seqüência de alocação	1º	Valor investido nas Quotas Sênior (no final do 8º ano)
	2º	Retorno Preferencial das Quotas Sênior (100% Taxa DI)
	3º	Provisão para Retorno Preferencial Futuro das Quotas Sênior (100% Taxa DI)
	4º	Retorno Preferencial das Quotas Subordinadas (100% Taxa DI)
	5º	Valor investido nas Quotas Subordinadas
	6º	Ganho Adicional
		- Participação das Quotas Sênior (25%*)
		- Taxa de Performance (20%)
		- Participação das Quotas Subordinadas (Restante)

* proporcional à participação de Quotas Sênior sobre o total de Quotas do Fundo

Seqüência de Distribuição – Resumo dos Termos

Para informações detalhadas e fórmulas de cálculo, vide Seção “As Quotas – Amortização de Quotas”.

1) Principal das Quotas Sênior

É o pagamento do valor referente ao montante principal investido pelos titulares das Quotas Sênior.

2) Retorno Preferencial das Quotas Sênior

É o pagamento do valor referente à parcela de remuneração preferencial das Quotas Sênior, equivalente a variação acumulada da Taxa DI (100% Taxa DI).

3) Provisão para Retorno Preferencial Futuro das Quotas Sênior

É o valor referente ao pagamento das parcelas futuras de remuneração preferencial das Quotas Sênior, equivalente a variação acumulada da Taxa DI (100% Taxa DI), que será provisionada pela Administradora na contabilidade do Fundo.

4) Retorno Preferencial das Quotas Subordinadas

É o pagamento do valor referente à parcela de remuneração preferencial das Quotas Subordinadas, equivalente à variação acumulada da Taxa DI (100% Taxa DI).

5) Principal das Quotas Subordinadas

É o pagamento do valor referente ao montante principal investido pelos titulares das Quotas Subordinadas.

6) Ganho Adicional das Quotas Sênior

É o pagamento do valor referente à parcela de remuneração adicional das Quotas Sênior, correspondente a 25% do Saldo dos Recursos Disponíveis após os pagamentos e provisões referidos nos itens 1 ao 5 acima. Este percentual é proporcional à participação das Quotas Sênior no total de Quotas do Fundo.

7) Taxa de Performance

É o pagamento do valor referente à Taxa de Performance, correspondente a 20% do Saldo dos Recursos Disponíveis após os pagamentos e provisões referidos nos itens 1 ao 5 acima.

8) Ganho Adicional das Quotas Subordinadas

É o pagamento do valor referente à parcela de remuneração adicional das Quotas Subordinadas. Correspondente ao Saldo dos Recursos Disponíveis após os pagamentos e provisões referidos nos itens 1 ao 5, subtraído dos pagamentos referidos nos itens 6 e 7 acima.

Critério de Elegibilidade

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Alvo, indicados pelo Gestor, cuja data de vencimento de qualquer das obrigações pecuniárias, principal ou acessórias, relativas ao respectivo Direito Creditório não seja posterior à Data de Amortização Final, sendo este o único Critério de Elegibilidade a ser verificado pelo Custodiante.

Previamente à aquisição de Direitos Creditórios integrantes do Portfólio Alvo, o Gestor deverá enviar correspondência ao Custodiante, com cópia para a Administradora, atestando que o respectivo investimento atende aos seguintes critérios:

- a) a companhia emissora dos Direitos Creditórios Alvo tenha apresentado, no período de 12 meses imediatamente anterior à data de emissão do respectivo título, “Receita Bruta das Vendas e Serviços”, conforme definida no inciso I do Artigo 187 da Lei nº 6.404/76, de, no mínimo, R\$40.000.000,00; ou

- b) as sociedades integrantes de cada Grupo Resultante da Consolidação tenham apresentado, no período de 12 meses imediatamente anterior à data de emissão do(s) respectivo(s) título(s), de forma consolidada, “Receita Bruta das Vendas e Serviços”, conforme definida no inciso I do Artigo 187 da Lei nº 6.404/76, de, no mínimo, R\$40.000.000,00.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá proceder à aquisição de Direitos Creditórios Alvo, indicados pelo Gestor, após a aprovação da aquisição pelo Comitê de Investimento, nos termos do Regulamento, e após o recebimento de parecer legal preparado por advogado externo, cujo conteúdo seja considerado satisfatório e adequado pela Administradora e pelo Gestor, confirmando que as obrigações assumidas pela companhia emissora dos Direitos Creditórios Alvo são válidas e exigíveis nos termos contidos nos respectivos Documentos Comprobatórios e de que a escritura de emissão, conforme o caso, atende ao disposto no Regulamento.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios, que não sejam Direitos Creditórios Alvo e que não integrem o Portfólio Colateral, caso o Gestor envie carta ao Custodiante atestando que: (i) o respectivo Direito Creditório conte, na data de sua aquisição pelo Fundo, com nota de classificação de risco de, no mínimo, *Rating* Mínimo de Investimento, outorgada pela Agência Classificadora de Risco; (ii) considerada, *pro forma*, a aquisição do respectivo Direito Creditório, o Fundo atenda aos limites máximos de concentração por devedor definidos no Regulamento; e (iii) a data de vencimento de qualquer das obrigações pecuniárias, principal ou acessórias, relativas ao respectivo Direito Creditório, não seja posterior ao Prazo de Vigência.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios integrantes do Portfólio Colateral, caso o Gestor envie carta ao Custodiante atestando que: (i) o respectivo Direito Creditório conte, na data de sua aquisição pelo Fundo, com nota de classificação de risco de, no mínimo, *Rating* Mínimo de Investimento, outorgada pelas Agências Classificadoras de Risco das Quotas Sênior; (ii) a data de vencimento de qualquer das obrigações pecuniárias, principal ou acessórias, relativas ao respectivo Direito Creditório não seja posterior à Data de Amortização Final; (iii) considerada, *pro forma*, a aquisição do respectivo Direito Creditório, o Fundo atenda aos limites máximos de concentração por devedor definidos no Regulamento; e (iv) o respectivo Direito Creditório não tenha como agente fiduciário a Administradora.

O Fundo poderá realizar aplicações em títulos e valores mobiliários que não atendam ao Critério de Elegibilidade, desde que o respectivo investimento seja aprovado pelo Comitê de Investimento e por Quotistas reunidos em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, por meio de Aprovação Consensual.

Verificação do Critério de Elegibilidade

O Custodiante será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos Creditórios Alvo ao Critério de Elegibilidade e pela operacionalização de todas as rotinas e procedimentos necessários à aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios, nos termos do Regulamento, que sejam de sua estrita responsabilidade.

Desde que observados os termos do Regulamento, a verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios Alvo ao Critério de Elegibilidade, realizada pelo Custodiante, será definitiva. A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Alvo elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão ou direito de regresso contra o Custodiante, a Administradora, o Gestor, o Distribuidor, suas Pessoas controladoras, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Coobrigação

A cessão/aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação do Custodiante, da Administradora, do Gestor, do Distribuidor, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum. O Custodiante, a Administradora, o Gestor, o Distribuidor, suas Pessoas controladoras, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos devedores dos Direitos Creditórios.

A aquisição de Direitos Creditórios ou de Outros Ativos pelo Fundo poderá, a exclusivo critério do Gestor e, conforme o caso, do Comitê de Investimento, ser realizada com ou sem coobrigação do cedente.

Política de Co-Investimentos

O Gestor poderá oferecer aos Co-Investidores a oportunidade de adquirir, conjuntamente com o Fundo, Direitos Creditórios cujas companhias emissoras integrem ou venham a integrar o Portfólio Alvo. Em todos os casos, os termos e as condições oferecidos aos potenciais Co-Investidores serão previamente apresentados ao Comitê de Investimento para sua ciência. Os Quotistas serão sempre comunicados da existência ou não de oportunidade de co-investimento com o Fundo, observados os procedimentos aqui descritos.

Após a decisão de investimento do Fundo e, conforme o caso, de outros Co-Investidores e caso ainda haja títulos e/ou valores mobiliários disponíveis para investimento, será oferecida aos Quotistas a oportunidade de co-investir nos mesmos termos e condições do Fundo. Essa oportunidade será comunicada pelo Gestor aos Quotistas, por escrito, com, no mínimo, 15 dias de antecedência. Os Quotistas deverão, no prazo decadencial de 10 dias úteis contado do recebimento da comunicação enviada pelo Gestor, informar seu interesse em co-investir, o montante de seu investimento e o seu interesse em adquirir eventuais sobras.

Caso a soma das intenções de co-investimento, informadas pelos Quotistas nas Propostas de Co-Investimento, seja superior ao valor dos títulos e/ou valores mobiliários disponíveis para investimento, proceder-se-á ao rateio com base no valor das intenções de investimento informadas por cada Quotista. Caso a soma das intenções de investimento informadas pelos Quotistas nas Propostas de Co-Investimento seja inferior ao valor dos títulos e/ou valores mobiliários disponíveis para investimento, as eventuais sobras poderão ser oferecidas pelo Gestor aos demais Co-Investidores. O Gestor poderá cobrar dos Co-Investidores uma taxa de gestão cujo valor e condições de pagamento deverão ser comunicados aos Quotistas e à CVM.

O Gestor, a Administradora, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou a outras sociedades sob controle comum não poderão ser co-investidores, salvo se a realização deste negócio seja aprovada pelos Quotistas por meio de Aprovação Consensual.

O Gestor envidará seus melhores esforços de forma que os Co-Investidores, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não sejam Competidores da Pessoa emissora dos respectivos títulos e/ou valores mobiliários.

Eventos de Avaliação

Conforme definidos no Regulamento, são considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior em mais de 4 sub-níveis abaixo de qualquer das classificações de risco inicialmente atribuídas às Quotas Sênior pela respectiva Agência Classificadora de Risco, em escala local, considerando-se a respectiva tabela de classificação da Agência Classificadora de Risco responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das Quotas Sênior;
- b) caso a Agência de Classificação de Risco responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das Quotas Sênior, por ato imputável à Administradora e/ou ao Gestor, não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Quotas Sênior em Circulação por prazo igual ou superior a 60 dias;
- c) caso, ao término do Período de Investimento, no mínimo 75% do valor da carteira do Fundo alocada no Portfólio Alvo esteja alocado em 1 única Pessoa;
- d) pagamento da Taxa de Performance em desacordo com os termos e condições do Regulamento;
- e) amortização de Quotas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento;
- f) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento;
- g) renúncia do Gestor, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento; e
- h) caso, ao término do Período de Investimento, a carteira do Fundo alocada no Portfólio Alvo seja representada somente por Direitos Creditórios Alvo de emissão de até 2 companhias.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, os quais são considerados fatos relevantes para efeito de comunicação aos Quotistas, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento de amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e convocará, concomitantemente, uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento

do Fundo. Caso os titulares da maioria das Quotas Sênior em Circulação decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no Regulamento, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

Vide Regulamento – Capítulo Vinte e Quatro – “Dos Eventos de Avaliação e Dos Eventos de Liquidação Antecipada”.

Eventos de Liquidação Antecipada

Conforme definidos no Regulamento, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) caso os Quotistas não consigam determinar um novo índice ou parâmetro para o Índice de Correção das Quotas por 4 Assembléias Gerais consecutivas, devidamente instaladas para este fim;
- b) caso os Quotistas não consigam escolher uma nova instituição administradora por 3 Assembléias Gerais consecutivas, na hipótese prevista no Regulamento;
- c) caso os recursos necessários à realização dos procedimentos definidos no Regulamento não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo, nos termos ali previstos, e tal evento comprometa o Rendimento Preferencial das Quotas Sênior;
- d) caso os Direitos Creditórios integrantes do Portfólio Alvo sejam integralmente resgatados ou alienados após o Período de Investimento;
- e) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- f) renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento; e
- g) descumprimento, pela Administradora, de suas obrigações contidas no Regulamento.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (a) notificar os Quotistas, (b) suspender imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, (c) dar início aos procedimentos de liquidação dos ativos do Fundo e, com os recursos arrecadados, proceder à amortização antecipada de Quotas do Fundo. A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que os titulares das Quotas Sênior deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas Sênior detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

No curso dos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo, as Quotas Sênior em Circulação deverão ser compulsoriamente amortizadas, total ou parcialmente, até o seu resgate integral, concomitantemente e em igualdade de condições, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Regulamento. Somente após o resgate integral das Quotas Sênior, o Fundo poderá proceder à amortização, total ou parcial, das Quotas Subordinadas.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada, a Administradora deverá aplicar e manter os Outros Ativos de titularidade do Fundo exclusivamente em moeda corrente nacional e/ou em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen ou em operações compromissadas.

Vide Regulamento – Capítulo Vinte e Quatro – “Dos Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada”.

Razão de Garantia e Alocação de Investimento Mínima

Enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, a Razão de Garantia poderá ser equivalente a, no máximo, 100% e a Alocação de Investimento Mínima deverá ser, no mínimo, equivalente a 50%, observados os prazos de enquadramento definidos na Instrução CVM.

Procedimentos de Dação em Pagamento

Para efeito do disposto no inciso XVI do Artigo 24 da Instrução CVM, o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente caso, no período de 18 meses contado da ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada ou no período de até 2 anos contado da Data de Amortização Final, existam Quotas em Circulação e assim seja deliberado por, no mínimo, 2/3 dos titulares de Quotas Sênior em Circulação. Neste caso, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate das Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro-forma*, observado o disposto no Regulamento. Após a conclusão do resgate das Quotas Sênior, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. É assegurado o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes na hipótese de decisão assemblear pela não liquidação do Fundo. As cessões de crédito realizadas nos termos aqui descritos deverão observar o disposto no Regulamento.

Antes da realização dos procedimentos acima descritos, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos titulares de Quotas, de um administrador para o condomínio civil abaixo referido.

Para fins do aqui disposto, os Direitos Creditórios transferidos em dação pelo Fundo aos titulares de Quotas Sênior e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão

compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 dias contado da realização da Assembléia Geral acima referida. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente titulares das Quotas Sênior, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas, nos termos aqui descritos, deverão observar, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Regulamento.

AS QUOTAS

Encontra-se abaixo uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas pelo Fundo. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.

O Fundo poderá emitir, em uma ou mais Distribuições, 1 classe de Quotas Sênior, em número indeterminado e em série única. O Fundo poderá emitir, em 1 ou mais Distribuições, a critério da Administradora e sem necessidade de aprovação prévia dos Quotistas, até 2.000 Quotas Sênior, no valor de até R\$200.000.000,00. Na 1ª Distribuição, o Fundo emitirá, no mínimo, 100 e, no máximo, 2.000 Quotas Sênior. As Quotas Sênior serão subscritas no curso do respectivo período de distribuição e integralizadas conforme disposto no Termo de Adesão ao Regulamento, Ciência de Risco e Condições de Subscrição e Integralização.

O Fundo poderá emitir, em uma ou mais Distribuições, 1 classe de quotas subordinadas, em número indeterminado e em série única, observado o disposto no Regulamento. Na 1ª Distribuição, o Fundo emitirá, no mínimo, 25 Quotas Subordinadas. As Quotas Subordinadas serão subscritas no curso do respectivo período de distribuição e integralizadas conforme disposto no Termo de Adesão ao Regulamento, Ciência de Risco e Condições de Subscrição e Integralização. A integralização das mesmas deverá ocorrer *pari-passu* e proporcionalmente à emissão das Quotas Sênior.

Cada Distribuição será objeto dos procedimentos de registro definidos na Instrução CVM.

Características das Quotas Sênior

Cada Quota Sênior possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto no Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$100.000,00 na 1ª Data de Emissão;
- c) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado mensalmente no último dia útil de cada mês, pela Administradora, sendo que o mesmo será equivalente ao menor dos seguintes valores:
 - (i) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$C_s = \frac{V_s + RP_s + EK - \sum_{n=0}^m [Ds_n (1 + I_{n \rightarrow m})]}{N_{sm}},$$

sendo:

Cs	valor da Quota Sênior no último dia útil do mês “m”;
M	mês do cálculo, contado a partir da 1ª Data de Emissão (“m” = 0);
Nsm	quantidade de Quotas Sênior em Circulação no último dia útil do mês “m”;
$I_{n \rightarrow m}$	Índice de Correção, do mês “n” até o mês do cálculo “m”;
$\sum_{n=0}^m$	somatório do argumento entre colchetes variando o parâmetro “n”, da 1ª Data de Emissão (n = 0) até o mês do cálculo (n = m);
Dsn	valor referente à amortizações de Quotas Sênior, pago aos Quotistas em cada mês “n”;
EK	ganho adicional das Quotas Sênior, calculado conforme abaixo definido;
RP _s	Retorno Preferencial das Quotas Sênior no último dia útil do mês “m”, calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$RP_s = V_s \times I_{0 \rightarrow m}$$
$$EK = 25\% \times \frac{V_s}{V} \times U$$

sendo:

$I_{0 \rightarrow m}$	Índice de Correção da 1ª Data de Emissão até o mês “m”;
U	conforme definido no Regulamento; ou

(ii) o valor apurado pela seguinte expressão:

$$C_s = \frac{PL - Q_{se}}{N_{sm}},$$

sendo:

Q_{se}	valor não amortizado das quotas sênior específicas emitidas nos termos do Regulamento, conforme alínea “d” abaixo.
----------	--

- d) nos termos do Regulamento, os titulares das Quotas Sênior poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão de série de quotas sênior específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;

- e) pode ser objeto de amortização compulsória, na hipótese de reenquadramento da Alocação de Investimento Mínima e/ou de ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada;
- f) os créditos dos titulares das Quotas Sênior contra o Patrimônio Líquido, na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada ou de resgate de Quotas Sênior, nos termos do Regulamento, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Quotas Sênior em Circulação;
- g) pode ser resgatada em Direitos Creditórios ou em Outros Ativos, por meio dos procedimentos definidos no Regulamento;
- h) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 voto; e
- i) tem o direito de eleger os membros do Comitê de Investimento, observado o disposto no Regulamento.

Vide Regulamento – Capítulo Quatorze – “Das Quotas” e Capítulo Trinta e Dois – “Dos Custos Referentes à Defesa dos Titulares das Quotas Sênior”.

Características das Quotas Subordinadas

Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, observados os termos do Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$100.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;
- c) o Retorno Preferencial da Quota Subordinada será calculado pela seguinte expressão:

$$RP_j = V_j \times I_{0 \rightarrow m} - \sum_{n=0}^m [AP_j \times I_{n \rightarrow m}],$$

sendo:

RP_j Retorno Preferencial das Quotas Subordinadas; e

AP_j Amortização das Quotas Subordinadas Referente ao Principal, em cada mês “n”.

- d) após a 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, terá seu valor de amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado mensalmente pela Administradora, no último dia útil de cada mês, pela seguinte expressão:

$$C_j = \frac{PL - C_s \times N_{sm} - Q_{se}}{N_{jm}},$$

sendo:

C_j valor de cada Quota Sênior no último dia útil do mês “m”; e

N_{jm} quantidade de Quotas Subordinadas em circulação no mês “m”, antes da respectiva emissão.

- e) o seu preço de integralização após a 1ª Data de Emissão será equivalente ao maior valor entre (i) o valor calculado na alínea “d” acima e (ii) o valor calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$PE_j = \frac{V_j + RP_j}{N_{jm}},$$

sendo:

PE_j preço de integralização da Quota Subordinada no mês “m”.

- f) nos termos do Regulamento, os titulares das Quotas Subordinadas poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão de série de Quotas Sênior específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- g) enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, somente terá o direito de vetar (i) a inclusão da instituição escolhida pelos titulares de Quotas Sênior como nova Instituição Autorizada, (ii) a adoção do novo Índice de Correção de Quotas, (iii) a emissão de nova(s) Quota(s) Sênior e nova(s) de Quota(s) Subordinada(s), à exceção da série específica de quotas sênior, emitida nos termos do Regulamento para adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, e (iv) a alteração dos dispositivos do Regulamento perfilados no mesmo;
- h) enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, somente terá o direito de votar a substituição da Administradora, do Gestor e do Custodiante, nos termos do Regulamento, e quando seja expressamente definido no Regulamento que a respectiva matéria encontra-se sujeita a Aprovação Consensual;
- i) tem o direito de eleger os membros do Comitê de Investimento, observado o disposto no Regulamento; e

- j) os créditos dos titulares das Quotas Subordinadas contra o Patrimônio Líquido são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Quotas Subordinadas.

Vide Regulamento – Capítulo Quatorze – “Das Quotas” e Capítulo Quinze – “Da Emissão das Quotas”.

Amortização de Quotas

A partir do mês calendário imediatamente subsequente ao encerramento do Período de Investimento, a Administradora, por indicação do Gestor, deverá proceder à amortização, total ou parcial, das Quotas Sênior, no mínimo, semestralmente, ou a qualquer momento a seu exclusivo critério, sempre no primeiro dia útil de cada mês calendário, considerando-se o valor da respectiva Quota, apurado no último dia útil do mês calendário imediatamente anterior, desde que o Fundo atenda, concomitantemente, aos seguintes requisitos:

- a) não estejam em curso os procedimentos decorrentes da ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada;
- b) o Fundo conte com os recursos, em moeda corrente nacional, ou ativos, não integrantes do Portfolio Alvo ou do Portfolio Colateral, com liquidez imediata, necessários à realização, total ou parcial, das respectivas amortizações; e
- c) o Fundo tenha pago e/ou segregado todos os recursos necessários ao pagamento dos encargos e demais despesas devidos pelo Fundo, incluindo a Taxa de Administração e excluindo a Taxa de Performance, incorridos e a incorrer, no período de 24 meses posterior à data de pagamento da respectiva amortização (inclusive) ou até o término do Prazo de Vigência, o que ocorrer primeiro.

A partir da Data de Amortização Final, a Administradora deverá manter os recursos decorrentes do resgate e/ou alienação dos ativos integrantes do *Portfolio* Colateral na Conta de Amortização. Os recursos aqui referidos poderão ser aplicados em operações compromissadas, com liquidez diária.

Os Recursos Disponíveis serão alocados única e exclusivamente pela Administradora nas amortizações e constituição de reservas vinculadas às Quotas Sênior, observada a seguinte ordem de prioridade:

- a) pagamento do Valor Nominal Protegido na Data Limite de Vencimento;
- b) após o efetivo pagamento do Valor Nominal Protegido, nos termos da alínea “a” acima, conforme o caso, amortização total ou parcial das quotas sênior específicas, emitidas nos termos do Regulamento para adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo;

- c) após o efetivo pagamento das amortizações das quotas sênior, conforme alínea “b” acima, o saldo dos Recursos Disponíveis será utilizado na amortização das Quotas Sênior a título de pagamento, total ou parcial, até o valor do saldo do RPs apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Saldo_do_RPs} = \text{RPs} - \sum_{n=0}^m [D_{\text{RPsn}}(1+I_{n \rightarrow m})],$$

onde:

Saldo do RPs valor potencial a ser amortizado; e

DRPsn valores efetivamente pagos aos titulares das Quotas Sênior em cada mês “n” a título de Amortização das Quotas Sênior Referente ao Retorno Preferencial.

- d) após o efetivo pagamento das amortizações das Quotas Sênior, nos termos da alínea “a” acima, o saldo dos Recursos Disponíveis será provisionado e segregado pela Administradora na contabilidade do Fundo, até o limite do valor calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{RPfut}_s = \text{RPs} - \sum_{n=0}^m [D_{\text{RPsn}} \times (1+I_{n \rightarrow m})] + \frac{V_s \times I_{m \rightarrow pv}}{(1+icq_m)^{(pv-m)}},$$

onde:

RPfut_s Retorno Preferencial Futuro das Quotas Sênior; e

pv número de meses contado da 1ª Data de Emissão até o término do Prazo de Vigência.

A partir do mês calendário imediatamente subsequente ao encerramento do Período de Investimento, a Administradora, por indicação do Gestor, deverá proceder à amortização, total ou parcial, das Quotas Subordinadas, no mínimo, semestralmente, ou a qualquer momento a seu exclusivo critério, sempre no primeiro dia útil de cada mês calendário, considerando-se o valor da respectiva Quota, apurado no último dia útil do mês calendário imediatamente anterior, desde que o Fundo atenda, concomitantemente, aos seguintes requisitos:

- não estejam em curso os procedimentos decorrentes da ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada; e
- a Administradora, por conta e ordem do Fundo, tenha provisionado e segregado o valor integral do RPfut_s, apurado na respectiva data.

O saldo dos Recursos Disponíveis, após a provisão e segregação do valor integral do RPfut_s, será alocado na amortização das Quotas Subordinadas, observada a seguinte ordem de alocação:

- a) amortização das Quotas Subordinadas a título de pagamento, total ou parcial, até o valor do saldo do RP_j apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Saldo_do_RP_j = RP_j - \sum_{n=0}^m [D_{RPjn} \times (1 + I_{n \rightarrow m})],$$

onde:

Saldo_do_RPj valor potencial a ser amortizado; e

DRPjn valores efetivamente pagos aos titulares das Quotas Subordinadas em cada mês “n” a título de Amortização das Quotas Subordinadas Referente ao Retorno Preferencial.

- b) amortização das Quotas Subordinadas a título de pagamento, total ou parcial, até o valor do saldo do V_j .

A partir do mês calendário imediatamente subsequente ao encerramento do Período de Investimento, a Administradora, por indicação do Gestor, deverá proceder à amortização, total ou parcial, das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas e ao pagamento, total ou parcial, da Taxa de Performance apurada na respectiva data, no mínimo, semestralmente, ou a qualquer momento a seu exclusivo critério, sempre no primeiro dia útil de cada mês calendário, considerando-se o valor das respectivas Quotas, apurado no último dia útil do mês calendário imediatamente anterior, desde que o Fundo atenda, concomitantemente, aos seguintes requisitos:

- a) não estejam em curso os procedimentos decorrentes da ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada; e
- b) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, tenha pago integralmente o V_j .

O Saldo dos Recursos Disponíveis será distribuído da seguinte forma:

- a) amortização das Quotas Sênior a título de pagamento, total ou parcial, do ganho adicional das Quotas Sênior no valor definido pela seguinte expressão:

$$AAs = 25\% \times \frac{V_s}{V} \times SRD_m,$$

onde:

Aas amortização adicional das Quotas Sênior; e

SRD_m Saldo dos Recursos Disponíveis no mês “m” após o pagamento integral do V_j .

- b) pagamento da Taxa de Performance em valor equivalente a 20% do valor do Saldo dos Recursos Disponíveis após o pagamento integral do V_j , o qual será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$PTP = 20\% \times SRD_m - TPA ,$$

onde:

PTP pagamento da Taxa de Performance; e

TPA Taxa de Performance Ajustada.

- c) pagamento da Taxa de Performance Ajustada, devida ao Gestor na hipótese definida no Regulamento, apurada mensalmente de acordo com a seguinte expressão:

$$TPA = TP \times \frac{t_{gestor}}{t_{fundo}} ,$$

sendo:

TPA Taxa de Performance Ajustada;

TP Taxa de Performance;

t_{gestor} tempo durante o qual o Gestor exerceu sua atribuição no Fundo, em dias corridos; e

t_{fundo} tempo de duração total do Fundo, em dias corridos.

- d) amortização das Quotas Subordinadas com o valor remanescente do Saldo dos Recursos Disponíveis após o pagamento integral do V_j , o qual será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$AAj = SRD_m - AAs - PTP - TPA ,$$

onde:

AAj amortização adicional de Quotas Subordinadas.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente os procedimentos acima referidos, caso entenda que os mesmos possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos Quotistas titulares das Quotas Sênior.

Os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização compulsória ou do resgate de suas respectivas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

A parcela do Patrimônio Líquido, que, por qualquer motivo, não seja investida de acordo com a política de investimentos definida no Regulamento e/ou que não atenda aos limites de alocação definidos na Instrução CVM e nos demais normativos legais aplicáveis, será devolvida aos Quotistas titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas, na proporção de seus respectivos aportes, mediante amortização de suas Quotas.

Vide Regulamento, Capítulo Dezesesseis – “Da Amortização de Quotas”.

Direito de Preferência na Subscrição de Novas Quotas

Caso o Fundo venha a emitir novas Quotas Sênior ou Quotas Subordinadas, após o encerramento de cada Distribuição, a Administradora deverá notificar, por escrito, os respectivos Quotistas, descrevendo os termos e as condições da emissão adicional de Quotas, incluindo o seu valor, para que estes manifestem sua intenção em exercer o seu respectivo direito de preferência para adquirir Quotas adicionais de sua respectiva classe, na proporção das Quotas Sênior ou das Quotas Subordinadas em Circulação que possuírem na ocasião. Cada Quotista deverá notificar a Administradora, por escrito, no prazo de até 30 dias, contado da data de envio da notificação pela Administradora, sob pena de caducidade, confirmando:

- a) sua intenção de adquirir, total ou parcialmente, sua Parcela Proporcional de Quotista;
- b) o montante de Quotas adicionais, dentro da respectiva classe de Quotas, que tem interesse em adquirir, além da sua Parcela Proporcional de Quotista; e
- c) o montante de Quotas adicionais, diversas da classe de Quotas detida pelo Quotista na ocasião, que tem interesse em adquirir.

Caso um ou mais Quotistas titulares de Quotas da mesma classe não venha(m) a notificar a Administradora na forma acima descrita, não queira(m) adquirir, total ou parcialmente, sua Parcela Proporcional de Quotista ou não tenha(m) subscrito e integralizado as respectivas Quotas no prazo estabelecido para a subscrição e integralização das novas Quotas, a Parcela Proporcional de Quotista ou seu saldo não subscrito deverá ser oferecido e adquirido por outro Quotista titular de Quotas da respectiva classe que tenha manifestado interesse em adquirir Quotas além da sua Parcela Proporcional de Quotista. Na eventualidade de existência de Sobras relativas a uma classe de Quotas, após a conclusão dos procedimentos acima referidos, estas poderão ser oferecidas aos Quotistas titulares de Quotas da outra classe que tenha manifestado seu interesse em adquirir Quotas da outra classe.

Em qualquer situação, as Sobras deverão ser adquiridas pelos Quotistas de forma proporcional ao número de Quotas em Circulação detidas por cada Quotista interessado na sua aquisição. Caso o número de Quotas adicionais remanescentes a serem oferecidas seja superior ao número de Quotas adicionais desejadas pelos outros Quotistas, as Quotas excedentes poderão ser oferecidas e adquiridas por novos investidores. Se, após a oferta a novos investidores ainda

restarem Sobras a serem subscritas, as Sobras remanescentes deverão ser canceladas. É assegurado aos Quotistas, a seu critério, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar sua oferta de aquisição de Quotas de que haja subscrição da totalidade das Quotas objeto da respectiva Distribuição ou de uma proporção ou quantidade mínima de Quotas.

Direito de Preferência na Transferência de Quotas

Caso algum Quotista Ofertante receba, por escrito, uma Oferta de Compra e deseje alienar suas Quotas Sênior nos termos da Oferta de Compra, o mesmo deverá comunicar, por escrito, por intermédio da Administradora, aos Quotistas Ofertados, de forma clara e detalhada, o nome e a qualificação completa do ofertante, o preço e as condições de pagamento, a quantidade de Quotas Sênior objeto da oferta e os demais termos da venda ou transferência proposta, bem como se é o caso de exigir o direito de venda conjunta, observados os termos constantes do Regulamento.

Os titulares das Quotas Sênior terão, entre si, direito de preferência na compra e venda de suas Quotas Sênior, proporcionalmente às suas respectivas participações no número total de Quotas Sênior em Circulação, excluindo-se, para tanto, o percentual de participação do Quotista Ofertante. O exercício parcial do direito de preferência por qualquer dos titulares das Quotas Sênior acarretará a existência de Sobras.

Ao exercer o direito de preferência, o respectivo Quotista deverá indicar, desde logo, se adquirirá Sobras, se houver. Havendo Sobras, elas serão rateadas somente entre os Quotistas que tenham exercido o direito de preferência na aquisição das Quotas Sênior e tenham manifestado seu interesse na aquisição de eventuais Sobras, na proporção de respectivas participações no número total de Quotas Sênior em Circulação, excluindo-se, para tanto, o percentual de participação do Quotista Ofertante, dos Quotistas que não tenham exercido seu direito de preferência na aquisição das Quotas Sênior e, ainda, daqueles que, embora tenham exercido o direito de preferência na aquisição das Quotas Sênior, não tenham manifestado o interesse em adquirir Sobras.

Para que os Quotistas Ofertados exerçam seu direito de preferência para a aquisição das respectivas Quotas Sênior e eventuais Sobras, deverão fazê-lo no prazo máximo de 15 dias, contado da data de recebimento da notificação acima referida, sob pena de caducidade. Os Quotistas deverão manifestar sua intenção de exercer seu direito de preferência sobre as Quotas e eventuais Sobras por meio de Comunicação de Resposta, enviada no prazo de até 48 horas do término do período de preferência aqui estabelecido.

Se mais de um Quotista Ofertado manifestar, na respectiva Comunicação de Resposta, interesse em adquirir Sobras e estas forem insuficientes para atender a todos os pedidos, as Sobras serão rateadas entre os Quotistas Ofertados que a estas estiverem concorrendo, procedendo-se ao rateio com base nas proporções destes Quotistas, considerando-se o número total de Quotas Sênior em Circulação, excluindo-se, para tanto, a participação do Quotista Ofertante e dos demais Quotistas que não exerceram seus respectivos direitos de preferência na aquisição das Quotas Sênior e das Sobras.

Se, computados todos os pedidos de Sobras, remanescerem Sobras, a Administradora notificará os Quotistas que tenham manifestado sua intenção de adquirir as Sobras na forma acima descrita, abrindo-lhes prazo de 10 dias, contado do término do período de preferência ali definido, para a aquisição das Sobras que sobejarem, excluindo-se, para tanto, a participação do Quotista Ofertante e dos demais Quotistas que não exerceram os seus respectivos direitos de preferência na aquisição das Quotas Sênior e das Sobras.

O direito de preferência somente poderá ser exercido pelos Quotistas Ofertados se envolver a totalidade das Quotas Sênior ofertadas, sendo expressamente vedada a realização de aquisições parciais por quaisquer dos Quotistas Ofertados e ficando sem efeito e nulas de pleno direito as aquisições efetivadas, caso ao final do prazo acima previsto ainda restarem Sobras.

Uma vez que os Quotistas Ofertados tenham manifestado sua intenção de adquirir a totalidade das Quotas Sênior ofertadas, incluindo eventuais Sobras, estes deverão concluir a compra e venda das Quotas Sênior do Quotista Ofertante no prazo máximo de 30 dias contado do encerramento dos prazos acima previstos, conforme o caso, nos mesmos termos e condições da Oferta de Compra.

Verificado que os Quotistas Ofertados não exerceram o direito de preferência, ou o exerceram apenas parcialmente, havendo Sobras, fica o Quotista Ofertante autorizado a efetivar a venda da totalidade das respectivas Quotas Sênior ao ofertante, devendo a compra e venda concretizar-se no prazo máximo de 30 dias contado do encerramento do prazo acima previsto, desde que o referido negócio se faça por preço igual ou superior e nos mesmos termos e condições definidos na Oferta de Compra.

Na hipótese de a venda ao ofertante não se realizar no prazo acima definido e a oferta do ofertante ainda permanecer válida, o Quotista Ofertante deverá reiniciar os procedimentos de oferta das Quotas Sênior, observados os termos e as condições do Regulamento.

Qualquer Quotista poderá transferir a totalidade ou parte de suas Quotas Sênior, direitos de preferência à subscrição de Quotas Sênior ou Sobras sem sujeitar-se ao aqui disposto, quando tal negócio for concluído com uma sociedade Afiliada ao respectivo Quotista.

A alienação e transferência de Quotas Sênior para qualquer terceiro somente será considerada existente, válida e eficaz caso o Quotista Ofertante entregue à Administradora, com cópia para o Agente Escriturador, cópia autenticada do respectivo contrato de compra e venda de Quotas, dos competentes comprovantes de pagamento e o novo Quotista assine o Termo de Adesão ao Regulamento, Ciência de Risco e Condições de Subscrição e Integralização e indique um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, pelo Gestor ou pelo Agente Escriturador, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (e-mail) e declare sua integral concordância às disposições do Regulamento, comprometa-se a cumpri-lo e sejam, conforme o caso, atendidos os procedimentos referentes à comprovação da capacidade financeira do adquirente definidos nos termos do Regulamento. As disposições aqui contidas aplicam-se às transferências de Quotas Sênior e de outros direitos, realizadas ao amparo do acima disposto.

As disposições aqui contidas aplicam-se, no que forem cabíveis, a qualquer negócio envolvendo a cessão/alienação de Quotas Subordinadas e suas Sobras.

Registro e Negociação das Quotas

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas deverão ser registradas, para negociação secundária, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Caberá exclusivamente aos intermediários assegurar que os adquirentes de Quotas encontrem-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Vide Regulamento, Capítulo Vinte – “Do Registro e Da Negociação das Quotas” deste Prospecto.

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco a seguir descritos. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer, entre outros, perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Introdução

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes, que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora e o Gestor mantenham sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Gestor, o Custodiante, qualquer um dos membros do Comitê de Investimento, o Distribuidor ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e/ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

Fatores Associados ao Investimento no Fundo

- a) **Inexistência de mercado secundário para as Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído na forma de condomínio fechado, sem admitir a possibilidade de resgate das Quotas a qualquer tempo a critério dos Quotistas, estes podem ter dificuldade em realizar seu investimento mediante alienação de suas Quotas.
- b) **Amortização condicionada.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização das Quotas derivam do pagamento dos rendimentos, do valor de principal e/ou da alienação dos Direitos Creditórios, dos direitos a eles vinculados e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Assim, após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.
- c) **Amortização de Quotas na medida da liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo e da inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos

integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios e os Outros Ativos de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios, os direitos a eles vinculados e os Outros Ativos sejam devidamente pagos, direta ou indiretamente, por seus respectivos emissores/devedores e/ou alienados e que as verbas resultantes de tais eventos sejam depositadas na Conta de Movimentação específica de titularidade do Fundo, a Administradora, o Gestor, o Custodiante e o Distribuidor encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização integral das Quotas.

Ademais, o Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada, caso assim seja deliberado por 2/3 dos titulares de Quotas Sênior em Circulação. Nesta hipótese, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, observados os procedimentos definidos no Regulamento. Os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios, os direitos a eles vinculados e/ou os Outros Ativos dados em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos emissores/devedores dos referidos ativos.

- d) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro das Pessoas emissoras/devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão afetar adversamente o desempenho econômico-financeiro e a solvência das Pessoas acima referidas. Qualquer dos eventos acima referidos poderá resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações.
- e) **Das premissas adotadas pelo Comitê de Investimento quando da avaliação dos investimentos alocados no Portfólio Alvo.** Os critérios, os valores e as premissas utilizados pelo Comitê de Investimento na avaliação econômica das companhias emissoras dos Direitos Creditórios Alvo poderão não se confirmar, sendo que o desempenho econômico-financeiro e a solvência destas Pessoas poderão encontrar-se abaixo das expectativas. A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor, suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não se responsabilizam por quaisquer danos ou perdas patrimoniais incorridos pelo Fundo em razão de quaisquer diferenças negativas eventualmente verificadas entre o resultado de tal avaliação econômico-financeira à época em que a mesma tenha sido efetuada e o desempenho econômico-financeiro e a solvência efetiva dos emissores dos Direitos Creditórios Alvo.
- f) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O preço de integralização das Quotas Sênior será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior

e das Quotas Subordinadas, na hipótese de amortização de suas respectivas Quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor, de suas respectivas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum em assegurar tal remuneração aos titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, apurado na forma do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas.

- g) **Descasamento entre os ativos alocados no Portfólio Colateral e o valor de amortização e/ou resgate dos ativos ali alocados.** A Administradora e o Gestor envidarão os seus melhores esforços (i) para que as datas de resgate e/ou alienação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, alocados no Portfólio Colateral, ocorram em datas anteriores e, preferencialmente, próximas à Data de Amortização Final e (ii) para que os valores de resgate e/ou liquidação destes ativos sejam equivalentes ao Valor Nominal Protegido. O objetivo acima referido não deve ser considerado, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor, de suas respectivas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, de que o mesmo será cumprido e/ou alcançado, total ou parcialmente, representando somente uma obrigação de meio e não de resultado assumida pelas Pessoas acima referidas.
- h) **Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer classe de Quotas, sempre observado o disposto no Regulamento.
- i) **Da emissão de novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas Quotas. Nesta hipótese, os Quotistas poderão ter seus direitos políticos diluídos caso estes não exerçam o seu direito de preferência nos termos do Regulamento.

Fatores Associados aos Direitos Creditórios, aos Direitos Creditórios Alvo e aos Outros Ativos

- a) **Dos riscos associados aos Direitos Creditórios Alvo alocados no Portfólio Alvo.** Os Direitos Creditórios Alvo serão emitidos por sociedades anônimas fechadas. A pontualidade no cumprimento das obrigações pecuniárias definidas nos respectivos Documentos Comprobatórios, lastro dos Direitos Creditórios Alvo, encontra-se diretamente vinculada à capacidade financeira, ao desempenho futuro e à solvência dos emissores dos títulos adquiridos pelo Fundo. Apesar dos critérios de análise e seleção adotados pelo Comitê de Investimento e pelo Gestor, existe a possibilidade de ocorrerem perdas patrimoniais para o Fundo, parciais ou totais, em caso de inadimplência por parte das sociedades emissoras dos ativos integrantes do Portfólio Alvo. Ademais, conforme

identificado na alínea “c” da subseção acima, em razão da não existência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios Alvo, o Fundo somente procederá à amortização das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que as obrigações pecuniárias pactuadas sejam cumpridas pelos devedores dos títulos ou sejam alienados os ativos do Fundo e as verbas recebidas sejam depositadas na Conta de Movimentação específica de titularidade do Fundo. O Gestor pretende, em regime de melhores esforços, que o Fundo atenda aos objetivos de diversificação do Portfólio Alvo e que as companhias emissoras dos Direitos Creditórios Alvo se encontrem nos níveis de exposição de risco relacionados aos seus respectivos estágios de desenvolvimento identificados no Regulamento. Os objetivos acima referidos não deverão ser considerados, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor, de suas respectivas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, de que os mesmos serão cumpridos e/ou alcançados, total ou parcialmente, representando somente uma obrigação de meio e não de resultado assumida pelas Pessoas acima referidas. A carteira do Fundo alocada no Portfólio Alvo poderá ser representada por Direitos Creditórios Alvo de emissão de 1 ou poucas sociedades. A solvência do Fundo e o desempenho financeiro de sua carteira de ativos estão diretamente relacionados à performance e à solvência de tal(is) sociedade(s).

- b) **Dos riscos associados aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não alocados no Portfólio Alvo.** A pontualidade no cumprimento das obrigações pecuniárias definidas nos Documentos Comprobatórios, relativos aos demais Direitos Creditórios não alocados no Portfólio Alvo, encontra-se diretamente vinculada à capacidade financeira e solvência dos emissores dos respectivos títulos. Apesar dos critérios de seleção dos créditos adotados pelo Gestor, existe a possibilidade de ocorrerem perdas patrimoniais para o Fundo, parciais ou totais, em caso de inadimplência por parte dos devedores. Ademais, conforme identificado na alínea “c” da subseção acima, em razão da não existência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios, o Fundo somente procederá à amortização das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que as obrigações pecuniárias pactuadas sejam cumpridas pelos devedores dos títulos e as verbas recebidas sejam depositadas na Conta de Movimentação específica de titularidade do Fundo.
- c) **Dos riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos, que podem compor até 50% do Patrimônio Líquido do Fundo, estão sujeitos às oscilações de preços e cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. A Administradora, o Gestor, o Custodiante e o Distribuidor, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou amortização/resgate de Quotas. Entre tais riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações em seus preços em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político, nacional e internacional; e (ii) os Outros Ativos estão, também, sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal. Ademais, alterações nas condições

financeiras dos emissores dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. Tais eventos, mesmo que não fundamentados, poderão também trazer impactos adversos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos. A precificação dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor do Patrimônio Líquido. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

- d) **Cobrança judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos interesses dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, nos termos do Regulamento.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Vide Regulamento – Capítulo Treze – “Dos Fatores de Risco”.

POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum mantêm relações comerciais com outras Pessoas, inclusive entre si, no curso normal de suas atividades. Essas relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros, entre outros.

O Gestor poderá prestar serviços de consultoria e de assessoria às companhias emissoras dos Direitos Creditórios Alvo, desde que todos os termos e as condições da contratação, inclusive a condição de remuneração, sejam previamente aprovados pelo Comitê de Investimento e plenamente informados aos Quotistas.

Finalmente, o Gestor poderá adquirir Quotas.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios, sempre observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

As informações referentes à Administradora, ao Gestor e ao Custodiante e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas pelas Pessoas acima referidas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

ADMINISTRADORA

Histórico

Em maio de 1991, a Oliveira Trust DTVM S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à prestação de outros serviços ligados a esta atividade, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, administrador de fundos de investimento e consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures, totalizando 226 contratos de prestação de serviços, dentre os quais 120 estão ativos.

Estrutura e Administração

A empresa é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto, Juarez Célio da Gama Dias Costa e José Alexandre Costa de Freitas, os quais fazem parte da equipe permanente de 25 profissionais, dedicados às atividades de agente fiduciário, *trustee* em operações de securitização de recebíveis e administrador de fundos de investimento em condomínio aberto ou fechado, notadamente fundos imobiliários e fundos de investimento em direitos creditórios.

Há 8 anos a Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela *SR Rating*, tendo sido mantida em maio de 2004 a nota de longo prazo brAA-.

Administração de Fundos de Investimento

A Administradora tem experiência de mais de 10 anos na administração de fundos de investimento.

A atuação da Administradora, na qualidade de administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios e aos quotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos quotistas que participam diretamente do fundo senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Vide “Regulamento”, Capítulo Oito – Da Administradora e Do Gestor.

GESTOR

Introdução

A Eccelera é uma gestora de investimentos que tem por objetivo promover retornos a seus investidores, através da aplicação de recursos em ativos de longo prazo. A Eccelera busca adicionar valor não só pelo investimento de capital, mas promovendo a integração de idéias, talentos, infra-estrutura, suporte gerencial, técnico e tecnológico necessários para a rápida captura de oportunidades nos setores alvo de seus investimentos. Isso se traduz em uma gestão ativa do *portfolio*, com envolvimento efetivo no planejamento, desenvolvimento e execução das estratégias, além do acompanhamento e avaliação contínuos de resultados gerados.

A Eccelera conta com uma equipe de profissionais organizados em times funcionais de apoio aos investimentos.

Focada hoje em investimentos de *private equity* e *venture capital*, a Eccelera atualmente faz a gestão de investimentos para entidades brasileiras e internacionais, tais como, BNDES, FINEP, Sebrae Nacional, Sebrae-SP e “Cisneros Group of Companies”.

Os primeiros fundos de investimento geridos pela Eccelera focaram inicialmente em investimentos em participações de empresas em seu estágio inicial de desenvolvimento, principalmente na área de tecnologia de informação e serviços de telecomunicações expandindo para outras áreas relacionadas à tecnologia, tais como logística, meios de pagamento e *trade facilitation*.

Em junho de 2005, a Eccelera é responsável pela gestão de dois fundos de investimento: o “Eccelera I”, cujo patrimônio líquido é de, aproximadamente, US\$20 milhões, com investimento realizado em 10 empresas e que já está em fase de desinvestimento, e o “SPTec”, cujo capital comprometido é de R\$24 milhões, com 5 investimentos realizados e que finaliza seu período de investimentos no terceiro trimestre de 2005.

A Eccelera é credenciada na CVM para o exercício da atividade de administração de carteira de fundos de investimento através do Ato Declaratório CVM nº 6926, de 6 de agosto de 2002.

A Eccelera

A Eccelera conta com um time de profissionais altamente qualificados em prospecção, análise, execução, operação, acompanhamento e saídas de investimentos.

A formação e experiência multidisciplinares da equipe de profissionais permitem a identificação dos aspectos mais relevantes para a realização dos investimentos dentro dos diversos setores da economia, com análises qualitativas e quantitativas do potencial individual de cada oportunidade.

Um processo estruturado e rígido de análise permite que as opções de investimento sejam avaliadas e avancem no processo de análise, evoluindo, sempre que verificado o potencial real

da oportunidade, até a fase de negociação dos termos e *due diligence*, com vistas a um possível investimento. Os indicadores avaliados durante o processo de análise permitem identificar modelos de negócio com potencial de crescimento e maximização dos ganhos, um modelo de negócios estruturado, uma gerência capacitada e com possibilidade real de liquidez e retornos adequados.

Consumado o investimento, a gestão do *portfolio* também se diferencia pela maneira como são feitos o monitoramento, acompanhamento e avaliação do desempenho do investimento. Essas atividades caracterizam-se pelo monitoramento ativo de alto envolvimento estratégico, tático e operacional dos times de apoio da Eccelera. Os executivos responsáveis pelo acompanhamento dos investimentos imprimem as melhores práticas de governança corporativa e gestão. Esses processos são estruturados de forma a orientar a tomada de decisões, havendo envolvimento ativo desde as definições estratégicas dos negócios e posicionamento de produtos, passando pelo recrutamento de executivos até a seleção de fornecedores.

Processos

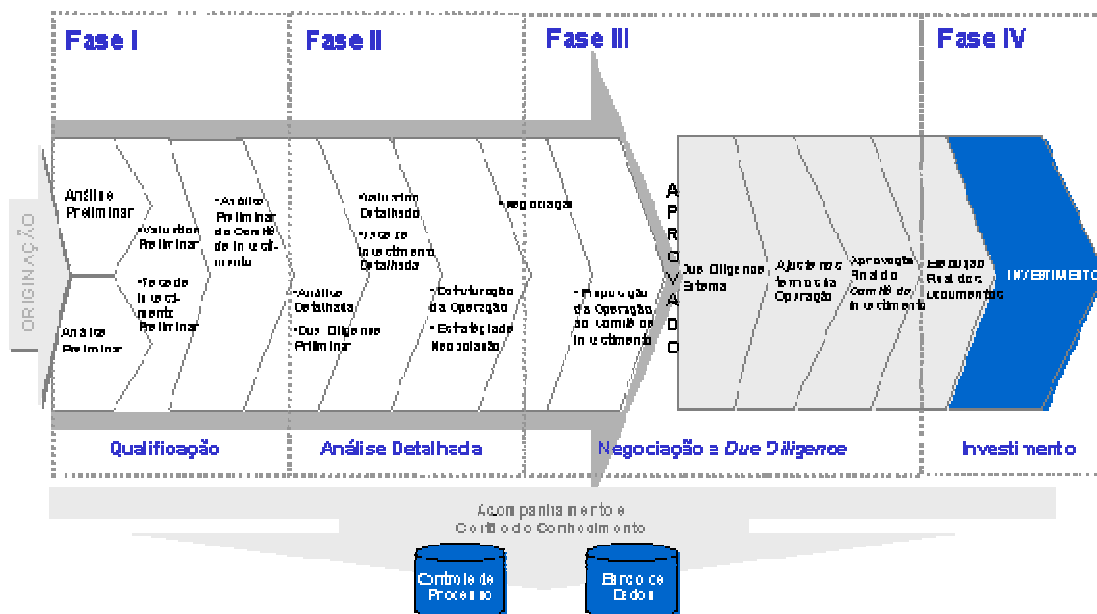


1. Originação

Com um processo ativo de identificação de oportunidades, as fontes de originação das operações propostas para análise de negócios são avaliadas por comitês internos. Os relacionamentos para o fluxo de negócios são realizados com profissionais da rede de relacionamento pessoal e profissional, bancos de investimentos, associações setoriais, entre outras fontes.

2. Investimento

O processo de investimento a ser observado pelo Gestor é composto por 4 fases, em que são desempenhadas análises criteriosas da empresa, do mercado, da equipe e da operação.



Fase I – Qualificação: Uma análise inicial do negócio é feita para dimensionar a atratividade da operação para o fundo e o enquadramento dentro dos critérios da política de investimento. Há sempre 2 diretores de negócios que analisam os projetos de forma independente e paralela, minimizando a distorção da análise por eventuais vieses individuais, que possam consumir recursos com análise inadequada ou deixar que se percam oportunidades.

Fase II – Análise Detalhada: São analisadas em detalhe as informações sobre potencial de mercado, o posicionamento de produtos, a performance da empresa e os termos da operação. Um profundo envolvimento dos diretores de negócio para entender estratégia e planejamento do negócio é efetuado para se chegar a uma modelagem real da operação. Informações do departamento de pesquisa são compiladas para dar suporte ao detalhamento do mercado potencial. O processo de avaliação é interrompido para consultas aos comitês internos da Eccelera e as oportunidades de investimento são submetidas a comitês de investimento, formados pelos investidores dos fundos, que deliberam sobre a continuidade do processo e atratividade da operação.

Fase III – Negociação e Due Diligence: São negociados os termos propostos para a operação, sendo também desempenhada uma extensa diligência contábil, fiscal, tributária, de propriedade intelectual, ambiental, de registros e licenças de operação e trabalhista para identificar e mitigar quaisquer contingências que possam advir da operação e influenciar na negociação.

Fase IV – Investimento: Executada a operação de investimento, com a elaboração dos documentos envolvidos nos termos da operação proposta.

3. Acompanhamento

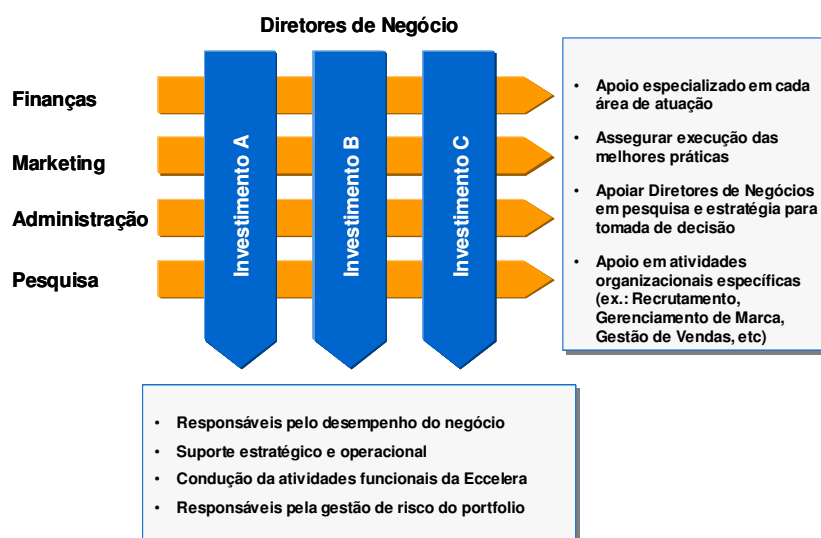
A gestão do *portfolio* é organizada sobre uma estrutura matricial, que convoca o envolvimento dos times de apoio nos momentos em que a necessidade se apresenta.

Há atuação intensa de um diretor de negócios designado no constante suporte e monitoramento de cada investimento, sempre apoiado pelos times das áreas funcionais.

Cada investimento é gerenciado por ao menos um diretor de negócio, que é responsável pelo desempenho do investimento, e que tem envolvimento ativo no processo estratégico, tático e operacional, de modo a maximizar retornos e mitigar riscos dos investimentos do *portfolio*.

As áreas funcionais provêm os diretores de negócios com apoio especializado em finanças, *marketing*, pesquisa e administrativo.

Os processos foram estruturados com o direcionamento abaixo apresentado e são detalhados em seguida.



Estratégia: Atuação ativa para definir e alinhar estratégia visando a maximização do investimento, através de discussões sobre alternativas estratégicas, modelos de negócio, parcerias e alianças, posicionamento estratégico. Também são estabelecidas estratégias comerciais e mercadológicas, incluindo, mas não se limitando, às estratégias de preços, canais e produtos.

Operações: Acelerar implementação e garantir a correta execução dos processos dentro das melhores práticas de cada indústria. Também há um alinhamento do orçamento de operações e investimentos com apoio à gestão operacional, técnica e comercial, incluindo a definição e acompanhamento de indicadores de performance. A Eccelera também possui flexibilidade para alocar executivos de forma temporária, para suprir lacunas gerenciais.

Administrativo: Com o objetivo de imprimir maior transparência nas operações de controladoria e contabilidade e a coleta de informações, a Eccelera coordena a definição e formação dos processos administrativos da empresa, com a instrumentação e desenvolvimento de equipe para o estabelecimento das melhores práticas de gestão e garantindo total atendimento às necessidades de prestação de contas e registros junto ao governo e entidades relacionadas.

Finanças: Análises constantes sobre desempenho e direcionamento estratégico são feitas. Também há um importante trabalho de profissionalização da estrutura financeira, decisões de investimento, precificação, estruturação de operações para captação de recursos financeiros e realização de investimentos na produção.

Gestão do Conhecimento: Apoiar o processo decisório e fornecer subsídios para o desenvolvimento de análises, relatórios, e apresentações. O objetivo é alavancar a experiência e o conhecimento acumulados na seleção, na estratégia e na operação das empresas do *portfolio*, reaplicando-os nos outros negócios.

4. Liquidez

Eventos de liquidez dos ativos no *portfolio* efetivam a monetização dos valores gerados pela sua gestão durante o período em que a empresa fez parte do *portfolio* de investimento de um fundo gerido pela Eccelera.

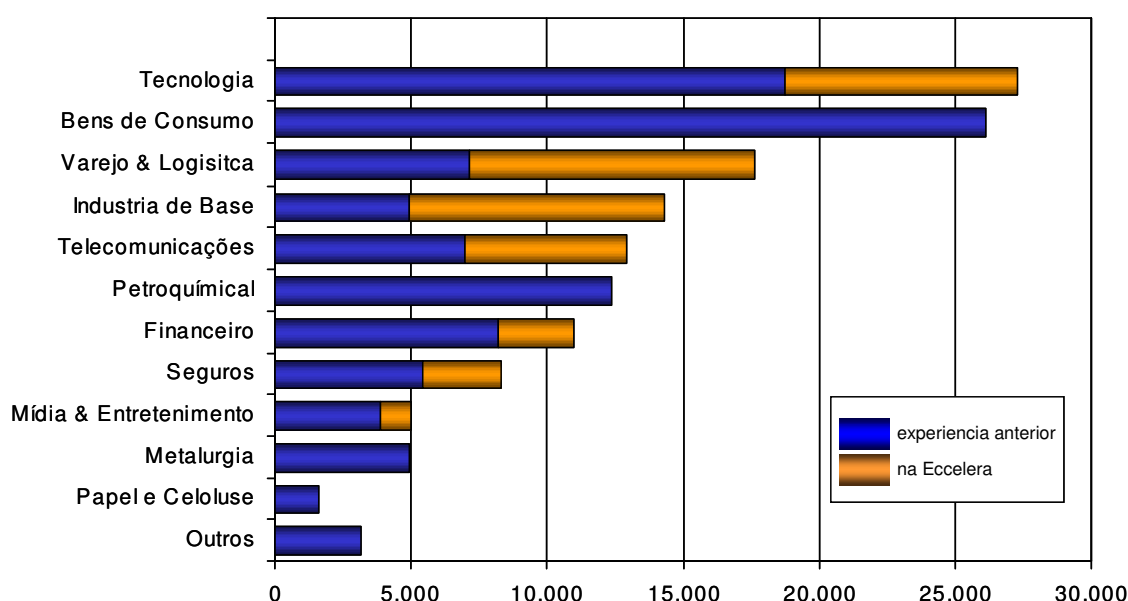
Os principais eventos de liquidez esperados são: a venda das debêntures para um investidor estratégico, o resgate/recompra das debêntures pelas empresas investidas e uma transação de acesso direto ao mercado de capitais (mercado balcão para debêntures).

O processo também pode contar com a participação de recursos externos, através da seleção e contratação de bancos de investimentos, boutiques de fusões e aquisições ou outros especialistas.

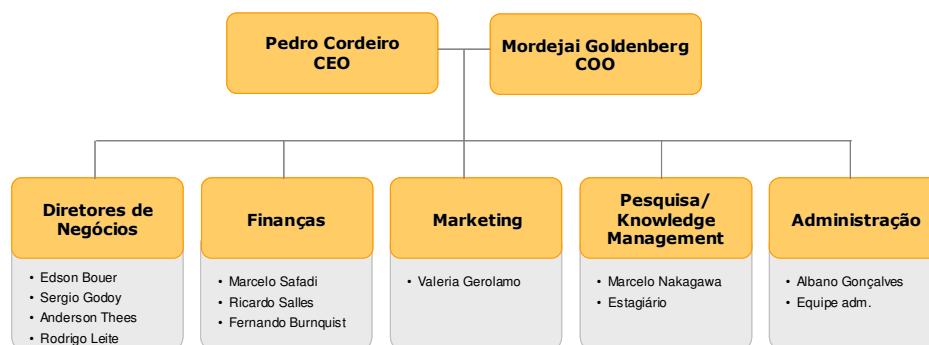
Equipe de Profissionais

Através da experiência internacional de seus profissionais em diversas indústrias e instituições financeiras, a Eccelera possui um conhecimento íntimo das indústrias de tecnologia da informação, bens de consumo, varejo e logística, infra-estrutura, telecomunicações, petroquímico, financeiro, segurador, metalúrgico, mídia e entretenimento, papel e celulose, entre outros.

O gráfico abaixo ilustra a experiência do time estratégico da organização, em horas profissionais empenhadas por indústria:



A equipe de profissionais da Eccelera é composta atualmente por 18 profissionais, distribuídos nas diversas áreas funcionais, organizadas conforme mostrado no organograma abaixo.



Pedro Cordeiro – CEO e Sócio. Co-fundador e atua na Eccelera como CEO (Presidente) desde abril/00. Antes de ingressar na Eccelera, foi sócio na McKinsey & Company, empresa internacional de consultoria empresarial, de junho/90 a abril/00. Na McKinsey & Company, liderou as áreas de telecomunicações, mídia e *marketing*, além de ser responsável pela criação de novos negócios nas áreas de telecomunicações, *internet* e instituições financeiras. Gerenciou clientes do Brasil, Estados Unidos, Europa, Argentina, Venezuela e Colômbia. Na Procter & Gamble de 85 a maio/90, foi gerente de marca na Venezuela, tendo sido responsável pelo planejamento, implementação e introdução de novos produtos. Graduado em Engenharia Nuclear e pós-graduado em Engenharia Nuclear, com foco em Física de Plasmas e Fusão pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT). Fluente em inglês, espanhol e português.

Mordejai Goldenberg – COO e Sócio. Co-fundador e atua na Eccelera como COO (Superintendente de Operações) desde abril/00. Antes de ingressar na Eccelera, foi diretor na A.T. Kearney, empresa internacional de consultoria empresarial, de fevereiro/98 a março/00, onde foi um dos líderes da área financeira e projetos de fusões e aquisições voltados, entre outras, a instituições financeiras e à área de saúde. Na McKinsey & Company, de abril/91 a dezembro/98, liderou a prática de finanças corporativas para a América Latina. Na Corporación Venezolana de Guayana (CVG), especificamente na CVG Edelca, a segunda maior *holding* estatal da Venezuela, com atuação nas áreas de mineração e geração e transmissão de energia, e de julho/87 a dezembro/89, atuou como engenheiro para desenvolvimento de novas tecnologias e negócios de parcerias e transferência de tecnologia internacional. Graduado em Engenharia Elétrica, com especialização em potência, sistemas de controle e eletrônica de potência pela Universidad Simon Bolívar, possui especialização em modelagem de sistemas de força em estado dinâmico e transitório pela University of Wisconsin, em um programa patrocinado por governos de diversos países, incluindo Venezuela, México, Canadá e Estados Unidos. Possui MBA pela IESA (Instituto de Estudios Superiores de Administración). Fluente em inglês, espanhol, português e romeno.

Marcelo Safadi – Diretor Financeiro. Atua na Eccelera como Diretor Financeiro desde agosto/00, sendo responsável pelas áreas de M&A e levantamento de fundos. Participa também do Conselho de Administração de algumas das empresas investidas e lidera o departamento de finanças da Eccelera, que é responsável, entre outras, pela análise e acompanhamento dos investimentos e operações de financiamento. Antes de ingressar na Eccelera, trabalhou na Procter & Gamble de julho/91 a julho/00, onde, por 2 anos, ocupou o cargo de gerente de

tecnologia da informação e logística, por outros 2 anos, o de gerente de recursos humanos e, por 5 anos, o de gerente financeiro. Na Itautec, empresa especializada em tecnologia da informação e automação bancária, de fevereiro/89 a julho/91, atuou como engenheiro. Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo e possui extensão (CEAG) em Administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Fluente em inglês, espanhol e português.

Albano Gonçalves – Diretor Administrativo. Atua na Eccelera como diretor administrativo desde julho/00 e é responsável pelas áreas contábil, financeira e administrativa, incluindo a consolidação de balanços em USGAAP, preparação do orçamento e de relatórios gerenciais e a coordenação dos processos de auditoria externa. Adicionalmente, supervisiona as atividades de tesouraria, contas a pagar e a receber, recursos humanos e atividades administrativas em geral. Além disto, auxilia a equipe da Eccelera em assuntos tributários e societários. Antes de ingressar na Eccelera, ocupou o cargo de gerente administrativo financeiro no escritório brasileiro da Monitor Company, Inc, empresa de consultoria estratégica, de novembro/98 a julho/00. Na IMS Health, de dezembro/96 a outubro/98, atuou como assistente do presidente para mercados emergentes. Na Rimogal Mercantil e Gráfica Ltda., de julho/95 a novembro/96, atuou como gerente administrativo e financeiro. No escritório brasileiro da McKinsey & Company Inc, de julho/91 a junho/95, atuou como assistente financeiro. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado, possui especialização em Finanças pela Fundação Getulio Vargas (FGV-SP) e MBA pela Business School São Paulo (BSP). Fluente em inglês, espanhol e português.

Anderson Thees – Diretor de Negócios. Atua na Eccelera como diretor de negócios desde julho/03. Suas atividades incluem a prospecção e avaliação de oportunidades de investimento, a venda de participação em investimentos maduros, o relacionamento com universidades e entidades de classe e, sobretudo, o acompanhamento de empresas que receberam investimentos. Responsável pelo acompanhamento das empresas Apyon, Impactools e Immunoassay. Antes de ingressar na Eccelera, atuou como especialista em sistemas *web* no UBS AG, um dos maiores bancos da Suíça, de setembro/98 a julho/01. Também trabalhou na Robert Bosch do Brasil, multinacional alemã de manufatura de auto-peças e ferramentas industriais. Graduado em Engenharia da Computação pela Unicamp e possui mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Universidade de Yale. Residiu por 3 anos na Suíça e por 2 anos nos Estados Unidos. É fluente em inglês, espanhol e português e funcional em alemão.

Edson Bouer – Diretor de Negócios. Atua na Eccelera como diretor de negócios desde maio/00. Antes de ingressar na Eccelera, atuou como consultor na A.T.Kearney, empresa internacional de consultoria empresarial, de 1998 a maio/00. Atuou também como gerente na Bain & Company, de 1997 a 1998, e na Value Partners, empresas de consultoria empresarial, de 1996 a 1997. Ocupou os cargos de diretor na Prevention Management Technology (PMT), de gerente na ICI Chemical Industry, na área de tecnologia e engenharia, e de gerente de risco na Union Carbide. Fundou sua própria consultoria, especializada em gerenciamento de risco em áreas operacionais, em janeiro/96. Edson é graduado em Engenharia Química pela Universidade de São Paulo e pós graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Fluente em inglês, espanhol e português.

Rodrigo Leite – Diretor de Negócios. Atua na Eccelera como diretor de negócios desde outubro/00. Antes de ingressar na Eccelera, atuou como associado senior na Booz Allen &

Hamilton, empresa internacional de consultoria empresarial com foco em fusões e aquisições e tecnologia, de março/95 a outubro/00. Na Amix Integração de Sistemas, de fevereiro/93 a fevereiro/95, atuou como analista de suporte. Graduado em Engenharia da Computação pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e possui MBA pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT). Rodrigo é fluente em inglês, espanhol e português.

Sergio Godoy – Diretor de Negócios. Atua na Eccelera como diretor de negócios desde junho/00. Antes de ingressar na Eccelera, atuou como consultor na A.T. Kearney, de abril/99 a maio/00. Na Vantine Consultoria, empresa brasileira de consultoria em logística, líder em seu segmento, de setembro/95 a março/99, atuou também como consultor, tendo realizado mais de 30 projetos em segmentos que vão da indústria de base até tecnologias de ponta, mas com especial ênfase em varejo. Graduado em Engenharia Naval pela Universidade de São Paulo com especialização em cursos realizados tanto Brasil como no Exterior. Durante sua experiência na Eccelera, sua atuação tem se concentrado tanto no acompanhamento dos negócios, bem como na originação e análise de oportunidades de investimento. Na área de negócios, é conselheiro de 2 empresas e, desde 2002, ocupa o cargo de CEO de uma delas, onde tem obtido crescimentos acima de 300% por 3 anos consecutivos. Além disso, é o líder do processo contínuo de aprimoramento e desenvolvimento dos conceitos legais de investimento (*term sheet* e estatutos). Fluente em inglês, espanhol e português.

Marcelo Nakagawa – Gerente de Pesquisa. Atua na Eccelera como gerente de pesquisa desde abril/00. Antes de ingressar na Eccelera, atuou como analista de pesquisa na A.T. Kearney, de abril/99 a março/00, com foco em pesquisa estratégica em telecomunicações, tecnologia, bancos, finanças e indústrias de base. No Sumitomo Bank, de junho/90 a fevereiro/99, atuou como analista de instituições financeiras, analista financeiro e analista de crédito. Graduado em Administração de Empresas, possui mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e é Doutorando em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo. Fluente em inglês e português.

Valéria Gerólamo – Gerente de *Marketing*. Atua na Eccelera como gerente de *marketing* desde nov/2000. Suas atividades incluem avaliação de pré-investimento, relacionamento com associações e instituições de classe, qualificação de fornecedores, relacionamento com agências de publicidade e relações públicas e, sobretudo, fornecimento do suporte necessário em vendas e *marketing* para as empresas que receberam investimento. Responsável pelo acompanhamento da empresa Digicall. Antes de ingressar na Eccelera, trabalhou na Procter & Gamble, de setembro/00 a setembro/91, onde, por 2 anos, atuou como gerente operacional de *trade marketing*, 2 anos como supervisora de categoria de fraldas e higiene pessoal, outros 2 anos como responsável pela administração de vendas e 3 anos como coordenadora de *merchandising*. Graduada em Letras com habilitação em português/inglês pela Universidade de São Paulo e possui extensão (CEAG) em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP). Fluente em inglês e português.

Ricardo Salles – Analista Financeiro. Atua na Eccelera como analista financeiro desde abril/01. Suas principais atribuições são realizar prospecção, análise e estruturação de oportunidades de investimento, fusões, aquisições e desinvestimentos; acompanhamento, gestão e suporte estratégicos de finanças às empresas do *portfolio*; preparação de relatórios gerenciais; e estruturação e execução de operações de levantamento de fundos e relacionamento institucional. Antes de ingressar na Eccelera, participou de programas de *trainee* na Gafisa S.A, empresa de

setor de incorporação imobiliária. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo. Fluente em português e inglês e funcional em espanhol e francês.

Fernando Burnquist – Analista Financeiro. Atua como analista financeiro na Eccelera desde Janeiro/04. Participou de programas de estágio na Eccelera desde Julho/03 e na Marsh McLennan Companies, na área de resseguros internacionais, no período de Abril/02 a Julho/03. Graduado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP/FGV. Durante sua experiência na Eccelera, tem desenvolvido análises de oportunidades de investimento, monitoramento dos ativos do *portfolio* e também atua no levantamento de fundos. Participa das atividades relacionadas a finanças corporativas das empresas do *portfolio*, com apoio e desenvolvimento de equipes e ferramentas de gestão. Fluente em inglês e português.

Experiência

1. “Fundo Eccelera Latin America I”

Introdução

O primeiro fundo foi estabelecido em maio de 2000, formado com investimento do Cisneros Group of Companies.

Os investimentos foram rigorosamente analisados, dentro da estratégia de *portfolio*, que hoje apresenta ativos com claras vantagens competitivas, em mercados de alto potencial, e gerenciados com avançados padrões de governança.

Esse fundo foi direcionado a empresas que desenvolveram uma tecnologia inovadora, com alta escalabilidade do negócio e alto potencial de exportação.

Perfil

Número de empresas: 10 empresas

Valor total
comprometido: US\$20 milhões

Perfil das empresas: estágio inicial, base tecnológica (ti), empresas de serviços de telecomunicações

Status atual do fundo: fundo em fase de monitoração e desinvestimento

Portfolio:



A Aberium Systems é especialista em soluções de segurança de redes e conectividade. Percebendo que o mercado das pequenas e médias empresas necessita de produtos que atendam melhor à sua realidade, a Aberium desenvolveu o Aberium Supervisor, um *software* que oferece segurança e controle no acesso

à internet.



A Airgate Soluções é uma empresa de tecnologia, especialista em *software* para o setor de energia elétrica, que possibilita aos seus clientes monitorar e atuar sobre oferta e demanda de energia, decidir sobre necessidades e oportunidades de compra e venda de energia, organizar a logística de atendimento em casos de desvios, monitorar e fidelizar clientes através do controle de qualidade da energia comercializada.



A Apyon Technology é uma empresa brasileira que desenvolve e comercializa soluções para o aumento da produtividade e qualidade do processo de construção de sistemas aplicativos. Seu principal produto, o Apyon Studio, é uma ferramenta usada para desenvolvimento de *software* e que permite que analistas de sistemas e/ou desenvolvedores construam rapidamente e facilmente aplicações com alta qualidade.



A Digicall oferece serviços especializados em monitoria eletrônica de segurança visando proteger estabelecimentos comerciais e residências, 24 horas por dia, sete dias por semana através da Central de Monitoria Digicall. Isto é possível graças ao Alarmphone II, união inteligente entre um aparelho telefônico e um sistema de alarme silencioso.



A Impacttools destacou-se por desenvolver soluções de TI de impacto rápido e com reconhecida eficiência no aumento da produtividade e da capacidade de atendimento de empresas do mercado nacional e internacional de seguros. Oferece uma família de produtos específicos para setores como Previdência Privada Aberta e Fechada, 100% adaptados ao ambiente *web* e desenvolvidos por profissionais especializados no setor.



A IT-Netsoft é uma empresa desenvolvedora de sistemas para equipamentos de comunicação sem fio. Possui atuação em mercados segmentados com foco nas áreas de educação, governo e auditoria médica. Dentre os principais produtos estão o IT-Teacher e o IT-Audit.



A Ponto Cargo oferece serviços transporte utilizando informação, inteligência, otimização e gestão por meio de várias ferramentas tecnológicas, como *internet* e comunicação sem fio para o setor de transporte rodoviário de cargas. O objetivo da empresa é oferecer aos clientes redução de custos transacionais, fornecendo serviços que através de ferramentas e dados, permitam uma gestão mais eficiente do processo logístico.



A Rotanet possui uma tecnologia para rastreamento totalmente inovadora, simples e de baixo custo que localiza veículos e cargas sem a interferência humana. Com o sistema Rotainfo, baseado em identificação através de tecnologia de radiofrequência, fornece importante instrumentação à operação logística.



A Superbid é uma empresa especializada na avaliação e otimização de ativos físicos e inventário excedente por meio de leilões oficiais presenciais e *online*. Com uma plataforma proprietária de acesso *web*, permite o acompanhamento prévio dos lotes em leilão, e atribuições de lances antes e durante o evento de finalização da operação de leilão dos lotes.



A Techlink desenvolve e fabrica equipamentos eletrônicos (POS) para aplicações de meios de pagamento eletrônicos, correspondentes bancários e logística, entre outras atendendo à demanda por soluções de automatização de meios de pagamentos. Atualmente possui uma unidade fabril em Ilhéus/BA.

2. “Fundo SPTEC”

Introdução

Este fundo foi estabelecido em setembro de 2002, com investimento do BNDES, FINEP, Sebrae Nacional, Sebrae São Paulo e “Cisneros Group of Companies”. Este fundo é uma iniciativa pioneira, onde o governo brasileiro co-investe com um grupo internacional através de um fundo de venture capital, direcionado a empresas de base tecnológica no Estado de São Paulo. O fundo é co-gerenciado pela Eccelera, juntamente com a CRP Companhia de Participações e a Proinvest Consultores Associados.

Perfil

Número de empresas: 7 a 9 empresas (5 já investidas)

Valor total comprometido: R\$24 milhões

Perfil das empresas: empresas de tecnologia em estágio inicial, sediadas no Estado de São Paulo

Status atual do fundo: período de investimentos termina em setembro de 2005

Portfolio:



A Immunoassay possui patente de produção e comercialização do kit TF-Test para o diagnóstico de parasitoses intestinais em amostras fecais, que foi desenvolvido em projeto apoiado pela FAPESP. A empresa comercializa ainda a Linha Clean, de recipientes para coleta de material hospitalar infectante.



A Linkware Solutions é uma empresa de tecnologia que oferece produtos e serviços de gestão financeira, atendendo as mais complexas rotinas de tesourarias, mesas de operações, controle de fluxo de caixa, reconciliação bancária e informações gerenciais em ambientes financeiros.



A Trellis é especializada em desenvolvimento e fabricação de hardware para conectividade. A Trellis também oferece serviços de acesso de banda larga, através de desenvolvimento de uma competitiva tecnologia avançada e desenvolveu tecnologia de acesso de Voz sobre IP (VoIP).



A Direct Talk é uma empresa provedora de soluções para atendimento ao cliente. Desenvolve ferramentas completas e plenamente customizadas para gerenciamento de chamadas, análise de dados e *marketing* de relacionamento para *call-centers*.



A Brasquip é uma empresa de engenharia e tratamento de efluentes industriais, principalmente resíduos líquidos gerados em processos industriais, que excedem os limites estabelecidos pela legislação ambiental. Os serviços consistem na retirada dos efluentes das plantas industriais, seu transporte até as instalações do centro de tratamento da Brasquip para processamento e sua correta disposição e acondicionamento.

CUSTODIANTE

Introdução

O Banco Itaú S.A. tem uma tradição de 30 anos na prestação de serviços para o Mercado de Capitais. No serviço de Custódia e Controladoria para Fundos e Carteiras (serviços para terceiros) o Itaú atua há 6 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento.

A Diretoria de Ações e Custódia (Serviços para o Mercado de Capitais) faz parte da Área de Mercado de Capitais e é voltada à prestação de serviços de *back-office* ao mercado de capitais. O Banco Itaú S.A. tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas. Atualmente, o Itaú controla mais de R\$ 383 bilhões em ativos de terceiros com mais de 983 contratos firmados, é líder na prestação de serviços de custódia de controladoria para fundos e fundações com cerca de 2000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente e controla mais de 4.760 mil indivíduos/empresas entre acionistas, debenturistas e cotistas. Ademais, o Custodiante detém aproximadamente 80% do mercado de custódia local de ADRs – *American Depositary Receipts*. O Custodiante é o primeiro colocado na terceirização dos serviços de custódia para o mercado com o total de R\$ 189 Bilhões em setembro de 2003. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (*servicer*), o Itaú controla mais de R\$ 500 milhões em ativos.

Colaboradores e Política de Recursos Humanos

A Diretoria de Ações e Custódia é a divisão responsável pela prestação de serviços de Custódia e Controladoria para Fundos e Carteiras de Terceiros. Atualmente essa Diretoria possui 342 funcionários dedicados *full-time* a essa atividade, não incluindo analistas e programadores de sistemas ou ainda outras empresas fornecedoras de programas de computador utilizados para o serviço.

Com a dinâmica do mercado de capitais brasileiro e principalmente pelo sucesso da prestação de serviços a terceiros (forte crescimento nos últimos anos), investimos pesadamente na formação e treinamento de nossos profissionais.

Tecnologia e Sistemas

O Itaú coloca à disposição de seus clientes uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas.

O Itaú tem forte tradição no uso de sistemas e automação de processos. A aplicação dessa experiência na área de Serviços para o Mercado de Capitais garante a redução dos serviços manuais a um mínimo necessário para cada atividade. A interação com nossos clientes processa-se tanto pela digitação em nossos sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação.

A Diretoria de Ações e Custódia (DACC) subcontrata a área de tecnologia do Banco Itaú S.A. para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O Centro Técnico e Operacional (CTO) mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os nossos sistemas.

Os sistemas de aplicação de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) tem estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços de terceiros não acessam informações referentes aos fundos e carteiras sob a gestão Itaú. Da mesma forma, funcionários envolvidos com fundos e carteiras do Itaú não tem acesso a informações de terceiros. O sistema de passivo encaixa-se nesta situação.

Sistemas de aplicação de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

Sistema de *Back-Up*

Importante ressaltar inicialmente que o Itaú utiliza-se de recursos de backup baseados em softwares empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes.

Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery* on-line, utilizando duplicidade de hardware e software e replicação on-line de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de hardware e software dedicados para uma situação emergencial.

Tanto a estrutura de backup como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência.

O plano de *Disaster Recover* criou servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do site normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos.

Políticas de *Compliance* e Controles Internos

A DACC possui uma Gerência de *Compliance* própria que também esta subordinada à estrutura do Compliance Corporativo do Itaú (para o estabelecimento de Diretrizes e Normas corporativas), bem como as normas aplicáveis definidas pelo Bacen. Os processos são todos formalizados/documentados em detalhes (eletronicamente em um sistema dedicado a este fim) e revisados com periodicidade que podem variar entre trimestral e anual.

Os processos de Custódia e Controladoria de fundos foram recentemente re-certificados pela nova norma ISO9001-2000. O processo de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais é realizado regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

ANEXOS

Súmulas da Agência Classificadora de Risco das Quotas

Regulamento

Fundo

Eccelera Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Financeiros
CNPJ/MF nº 07.539.467/0001-53

Distribuidor

Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio S.A.
CNPJ/MF nº 33.753.740/0001-58
Alameda Santos, nº 745 – 1º andar
01419-001
São Paulo – SP

Administradora

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ/MF nº 36.113.876/0001-91
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13,
sala 205
22640-100
Rio de Janeiro – RJ

Gestor

Eccelera Administração de Fundos Ltda.
CNPJ/MF nº 04.378.017/0001-38
Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215,
Bloco G, Piso Jardim
05805-000
São Paulo – SP

Custodiante

Banco Itaú S.A.
CNPJ/MF nº 60.701.190/0001-04
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100 –
Torre Itaúsa
04344-902
São Paulo – SP

Empresa de Auditoria

KPMG Auditores Independentes
CNPJ/MF nº 57.755.217/0001-29
Rua Renato Paes de Barros, nº 33
04530-904
São Paulo – SP

Agências Classificadoras de Risco das Quotas

Moody's América Latina Ltda.
CNPJ/MF nº 02.101.919/0001-05
Avenida das Nações Unidas, nº 12.551,
16º andar
04578-903
São Paulo – SP

SR Rating Prestação de Serviços Ltda.
CNPJ/MF nº 68.814.433/0001-14
Avenida Rio Branco nº 89, grupo 1002
20040-004
Rio de Janeiro – RJ

Assessores Legais

Motta, Fernandes Rocha Advogados
CNPJ/MF nº 35.808.211/0001-30
Alameda Santos, nº 2335 – 11º andar
01419-002
São Paulo – SP